

# **INFORMS**

**INFORMATIVO  
MERCOSHIPING**

**RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO**

**Edição 145/2021  
Data: 16/09/2021**

### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
DIOGO PILONI DEBATE O FUTURO DO PORTO DE SANTOS APÓS A DESESTATIZAÇÃO .....	4
LUIS CLAUDIO SANTANA MONTENEGRO: PORTO PAY PER USE .....	5
<b>PORTAL PORTO GENTE</b> .....	<b>6</b>
PORTO DE SANTOS E AÇÕES EMPREENDEDORAS ESTRATÉGICAS.....	6
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>7</b>
NAVIOS CARGUEIROS É EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE SHIPPING, DIZ ESPECIALISTA .....	7
COM INICIATIVA DA FRENLOGI, BRASIL PODE INSTITUIR DIA NACIONAL DA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA .....	8
HIDROVIAS DO BRASIL FOI RECONHECIDA COMO UMA DAS MELHORES EMPRESAS NO RANKING “EMPLEADORES DEL AÑO 2021” .....	9
MSC SE COMPROMETE COM ZERO LÍQUIDO ATÉ 2050 .....	9
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF</b> .....	<b>11</b>
DNIT TEM 100% DE SUAS ECLUSAS OPERACIONAIS .....	11
DNIT ENTREGA 30 QUILOMETROS RESTAURADOS NA BR-070 EM GOIÁS .....	12
<b>ISTOÉ - DINHEIRO</b> .....	<b>13</b>
COMÉRCIO COM CHINA RESPONDE POR 67% DO SUPERÁVIT BRASILEIRO EM 2021, DIZ FGV .....	13
LEILÃO DOS CORREIOS INCLUI ELETRÔNICOS, LIVROS E ROUPAS; VEJA COMO PARTICIPAR .....	14
<b>MONEYTIMES</b> .....	<b>14</b>
ANEEL AUTORIZA OPERAÇÃO COMERCIAL DE TERMELÉTRICA UTE GNA I NO PORTO DO AÇU (RJ) .....	14
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>15</b>
GNA DÁ A PARTIDA EM SUA PRIMEIRA TERMELÉTRICA NO PORTO DO AÇU .....	15
BANCO CENTRAL DIVULGA NOVAS REGRAS DE RISCOS CLIMÁTICOS PARA SISTEMA FINANCEIRO .....	16
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>18</b>
BOLSONARO ENVIA AO CONGRESSO PLANO PARA REDUZIR R\$ 15 BI EM INCENTIVOS FISCAIS EM UM ANO .....	18
COM CRISE HÍDRICA E PRESSÃO DE SETORES, GOVERNO REAVALIA FIM DO HORÁRIO DE VERÃO .....	19
REDE 5G DEVE SER LANÇADA COMERCIALMENTE EM SÃO PAULO NO NATAL, PREVÊ MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES .....	20
SECRETÁRIO DE GUEDES QUER RESOLVER IMPASSE DOS PRECATÓRIOS E ORÇAMENTO EM UM MÊS .....	22
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>23</b>
SUZANO, MOVIDA, B3 E RUMO CAPTAM US\$ 2 BI COM ESG, MAS TÊM DEMANDA PARA QUASE US\$ 10 BI.....	23
MSC SE PREPARA PARA COMPRAR A LOG-IN LOGÍSTICA VIA BOLSA; OPERAÇÃO DEVE SER DE R\$ 2 BI .....	23
PROPOSTA DO GOVERNO DE PARCELAR PRECATÓRIOS É APROVADA POR COMISSÃO DA CÂMARA.....	24
LIRA DIZ QUE POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS NÃO ESTÁ CLARA E SINALIZA QUE CÂMARA PEDIRÁ INFORMAÇÕES .....	25
APÓS CONFUSÃO, RELATOR DA REFORMA ADMINISTRATIVA VAI APRESENTAR NOVA VERSÃO DO TEXTO ATÉ SEXTA .....	26
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>27</b>
BRASIL PERDE R\$ 1,3 TRILHÃO COM PANDEMIA, DIZ UNCTAD .....	27
SUIÇA MSC QUER COMPRAR A LOG-IN, HAPVIDA FAZ NOVA OFERTA PELA HB SAÚDE E IGP-10: AS NOTÍCIAS MAIS QUENTES DO DIA.....	28
COMBUSTÍVEL JÁ PRESSIONA O FRETE DE MERCADORIAS .....	29
STJ: EMPRESAS EXPORTADORAS VENCEM DISPUTA SOBRE DRAWBACK .....	29
CHINA SOLICITA FORMALMENTE ADESÃO À PARCERIA TRANSPACÍFICO .....	30
<b>AGÊNCIA BRASIL - DF</b> .....	<b>31</b>
FERRAMENTA MONITORA E DIVULGA DADOS SOBRE ACIDENTES DE TRABALHO.....	31
A PARTIR DE HOJE, DENATRAN PASSA A SER SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO .....	32
POLICIAMENTO É REFORÇADO EM ÁREA DISPUTADA POR MILÍCIAS NO RIO .....	32
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS</b> .....	<b>33</b>
GNA INICIA OPERAÇÃO COMERCIAL DE SUA PRIMEIRA TERMELÉTRICA .....	33
SETOR DE ROCHAS FECHA 2º QUADRIMESTRE COM ALTA DE 39% NAS EXPORTAÇÕES .....	35
MSC LANÇA OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DA LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL.....	36
TRÁFEGO DE NAVIOS NA EUROPA EMITE 140 MILHÕES DE TONELADAS DE CO2 .....	36
ABS E DSME DESENVOLVEM NAVIO TRANSPORTADOR DE CO2 LIQUEFEITO DE GRANDE PORTE .....	37
ARGENTINA FECHA CONTRATO DE CURTO PRAZO COM DRAGA PARA O RIO PARANÁ.....	38



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 145/2021  
Página 3 de 41  
Data: 16/09/2021  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

ESTALEIRO JURONG BUSCA FINANCIAMENTO DE R\$ 1,46 BILHÃO .....	38
APROVADO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO ENEADA.....	39
SBM OFFSHORE CONCLUI FINANCIAMENTO DE US\$ 1,6 BILHÃO DO FPSO SEPETIBA.....	40
DOF FECHA ACORDO COM A PETROBRAS PARA DOIS AHTS .....	40
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>41</b>
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS .....	41



### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## DIOGO PILONI DEBATE O FUTURO DO PORTO DE SANTOS APÓS A DESESTATIZAÇÃO

Secretário Nacional do setor participa do 2º Encontro Porto & Mar, dia 21, que está com inscrições abertas

Por: Redação



**Diogo Piloni debate o futuro do Porto após a desestatização Foto: Ministério da Infraestrutura/ Divulgação**

A segurança jurídica necessária para garantir operações eficientes e viáveis após o processo de desestatização da administração do Porto de Santos. Este é um dos destaques do 2º Encontro Porto & Mar 2021, promovido pelo Grupo Tribuna no auditório de sua sede, em

Santos.

O evento será realizado no próximo dia 21, das 14 às 18 horas. E contará com a presença do secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni. As inscrições estão abertas para a transmissão on-line.

A manutenção de regras já estabelecidas, além da previsibilidade na aprovação e no retorno de investimentos, são temas de preocupação dos empresários do setor.

O temor é de que a desestatização da Autoridade Portuária de Santos – em estudo pelo Governo Federal e prevista para ocorrer no próximo ano, com a realização de um leilão – cause algum tipo de insegurança aos que já atuam no complexo marítimo santista, sob regras estabelecidas há mais de 20 anos, em alguns casos.

Piloni fará uma apresentação sobre as diretrizes do Ministério da Infraestrutura sobre este tema. Em seguida, o assunto será debatido por executivos e especialistas no setor portuário.

É o caso do diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privado (ATP), Murilo Barbosa, do presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Clythio Buggenhout, do presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), Régis Prunzel, e do advogado Marcelo Sammarco.

### Mediação

Os debates serão mediados pelo apresentador do programa Porto 360, Maxwell Rodrigues. Além da segurança jurídica, o 2º Encontro Porto & Mar abordará aspectos como regulação e mão de obra, competitividade e o futuro dos portos desestatizados - o Governo pretende privatizar a gestão de complexos como Vitória (ES), Itajaí (SC) e São Sebastião (Litoral Norte de São Paulo).

No primeiro, a apresentação será da diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq, o órgão regulador do setor), Flávia Takafashi. Já na mesa de debates, estarão o presidente da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar), Marcelo Neri, do vice-presidente sênior da Agco Corporation, Luís Fernando Felli, além dos advogados Lucas Navarro Prado e Cássio Lourenço.

### Recursos humanos

Após uma apresentação do especialista em Recursos Humanos (RH) Hudson Carvalho sobre mão de obra no setor portuário, os debates serão realizados pelo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) Celso Peel Furtado de Oliveira, pelo diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da Autoridade Portuária, Bruno Stupello, pelo presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), José Adilson Pereira, e pelo advogado Lucas Remio.

### **Futuro do setor**

O futuro dos portos desestatizados e a competitividade desses complexos marítimos serão abordados pelo presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Cordeiro.

Em seguida, os debates sobre o tema terão a participação do superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, que tem coordenado os estudos de desestatização) Cleverson Aroeira, do presidente da Autoridade Portuária de Santos, Fernando Biral, da diretora da Secretaria de Parcerias em Transportes do Programa de Parcerias em Investimento do Ministério da Economia, Ana Luiza Sales, e do advogado Thiago Miller.

### **Inscrições**

Para se inscrever, basta acessar este site até o dia 19.

[https://www.sympla.com.br/2-encontro-porto-mar-2021\\_1331309](https://www.sympla.com.br/2-encontro-porto-mar-2021_1331309)

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 16/09/2021

## **LUIS CLAUDIO SANTANA MONTENEGRO: PORTO PAY PER USE**

Diversos serviços atuais acabam por gerar complexidades no atual modelo

Por: *Luis Claudio Santana Montenegro*



### **Luis Claudio Santana Montenegro: Porto pay per use Foto: Max**

Atualmente, as autoridades portuárias apropriam seus custos com base em uma contabilidade padronizada (uma enorme evolução recente nessa matéria), definida pela agência reguladora setorial na forma de um rateio dos itens contábeis para as tabelas existentes, que são cobradas de armadores, operadores, transportadores, dentre outros.

Como as definições de serviço que compõem cada uma dessas tabelas vêm da década de 30, as distorções são importantes. Diversos serviços atuais, outros que nem mais são prestados, e de passivos das instituições que participam do processo portuário, acabam por gerar complexidades no atual modelo, impedindo que se tenha clareza do que está sendo cobrado para cada serviço.

Estão embutidos nas tarifas praticadas as questões antigas de passivos trabalhistas, obrigações legais com categorias de trabalhadores que não mais fazem sentido em operações modernizadas, déficits atuariais de planos de previdência complementar, ineficiências operacionais, obrigações legais em duplicidade, ociosidade na ocupação das áreas portuárias por dificuldades na formalização de contratos com o setor público, etc.

O resultado são tarifas que não se correlacionam com exatidão à realidade que são, além de altas para quem paga, insuficientes para os investimentos adequados que permitam a modernização e eficiência da gestão do condomínio portuário.

Há muito não se consegue que os valores pagos sejam revertidos em aprimoramentos na tecnologia, nos processos burocráticos, na modernização e capacitação da gestão e das

atividades de planejamento, licenciamento, além da baixa qualidade de projetos de investimento e de gestão das obras de ampliação da capacidade portuária.

A proposta de um modelo de custeio para fundamentar decisões de precificação de serviços passa pelo entendimento de todas as atividades e serviços oferecidos pelo condomínio portuário.

Para isso, um modelo de custeio baseado em atividades, que avalie todos os processos da Autoridade Portuária e quantifique os custos para cada atividade e serviço prestado seria extremamente adequado, pois seria possível conhecer o custo de cada serviço e identificar na comparação com os custos, os subsídios, ineficiências e possibilidades de melhoria da formação de cada preço, de forma a que fiquem mais adequados a cada contratante e permita gerenciar a qualidade com que são prestados.

O modelo permitiria a avaliação dos preços dos serviços existentes, de novos serviços a serem implementados e, assim, da avaliação da concessão desses serviços para exploração privada ou autogestão pelos terminais e operadores portuários.

Seria também bastante útil para avaliações de concessão de portos ou de novos serviços portuários, e também é de extrema importância para terminais privados instalados nos portos, para discussão de reequilíbrios, de aprimoramentos tarifários, de definição de condições mais adequadas de cobrança, quem sabe em futuro formato de pagamento por uso de cada serviço que for prestado com eficiência.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*  
Data: 16/09/2021



## PORTAL PORTO GENTE

### PORTO DE SANTOS E AÇÕES EMPREENDEDORAS ESTRATÉGICAS

Editorial Portogente

*O pensamento é grandioso, ágil e livre, a luz do mundo e a própria glória do homem. (Bertrand Russel)*

A necessidade de pensar o papel inerente ao porto com visão de futuro não é valorizada no programa de desestatização do Ministério da Infraestrutura (MInfra), como rumo a portos seguros. Conceitos confusos - fundamentados nos portos australianos - poderão prejudicar a qualidade da decisão complexa sobre o modelo que corrija as deficiências e gere potência. A proposta Santos2050 assegura a competitividade mundial do Porto de Santos.

“Municipalizar o Porto de Santos para alcançar o futuro” é uma proposição cujo contexto remete ao webinar “Administração Portuária Condominial: Um modelo de privatização alternativo para as Companhias Docas”. Trata-se de uma evolução de governança portuária cuja autoridade se concentra em um foco mais independente, como porto empreendedor, autoridade para tomar decisão e longe da estrutura tradicional do município.

Nesse sentido e diferente de entender a reforma portuária como uma fazenda de ativos, Portogente considera o porto como um motor gerador de riqueza regional. E quanto ao modelo operacional, deve reduzir as assimetrias concorrenciais entre privados dentro (arrendatários e operadores) e fora (TUPs) da poligonal. Um debate imperativo no âmbito da comunidade portuária que olha à frente, os próximos 30 anos, foco da proposta Santos2050.

O propósito governamental de reformar os portos está posto. Assim, as diferentes visões dos atores do Porto de Santos do futuro estão frente ao desafio de conquistar oportunidades de negócios e êxitos, em uma complexidade econômica e social, maior do que antes. Impulsionadas

pela inovação tecnológica e energética, incorporando novas áreas de atividade como os condomínios e as plataformas logísticas. Com visão holística, Portogente debate o já percorrido e os caminhos ao futuro.

Esse cenário exige autoridade portuária e comunidade do porto alinhadas numa só direção, para atrair negócios e investimentos, rumo ao desenvolvimento. Santos2050 é a resultante de um debate profundo e intenso do melhor modelo para o Porto de Santos chegar ao futuro. Cujo sucesso depende da imprescindível participação dos seus atores e principais interessados, para ser ágil e ter estrutura estratégica para receber navios modernos.

*Fonte: Portal Porto Gente*

*Data: 16/09/2021*



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### NAVIOS CARGUEIROS É EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE SHIPPING, DIZ ESPECIALISTA

*Informação: Santaportal (16 de setembro de 2021)*



*Foto por: Divulgação/SPA*

Os navios cargueiros Ro-Ro (Roll on-Roll off) são importantes para países como o Brasil, que têm produção automobilística grande. Levando isso em consideração, o diretor de Assuntos Portuários do Sistema Santa Cecília de Comunicação, Casemiro Tércio, e o vice-presidente sênior de Desenvolvimento de Negócios da WW, Flávio Batista, debatem sobre o mercado e as principais vantagens no

Porto & Negócios desta semana.

“Existem cargas que não podem ser colocadas em contêiner, porque ultrapassam dimensões. Nos navios cargueiros, é possível transportar cargas de projetos, veículos, partes que não podem ser encaixadas em navios contêineres. Há muita versatilidade”, definiu Tércio.

Segundo Batista, a maior parte das pessoas acredita que Ro-Ro é ‘tudo sobre rodas’, mas vai além disso. “É uma evolução da indústria de shipping que vai até o porta a porta. São três tipos de navios: PCC – Pure Car Carrier; PCTC – Pure Car & Truck Carrier, com deck ajustável; navios Ro-Ro, com capacidade menor de automóveis e com maior capacidade de cargas altas e pesadas, na área de construção e mineração. É possível suportar cargas de até 400 toneladas”, explicou.

Além disso, o vice-presidente da WW diz que a carga fica ainda mais protegida, já que não é preciso içar e o manuseio é menor. Conforme os testes, o índice de avaria é de menos de 1%.

Com essas vantagens, a expectativa de crescimento do mercado é alta. Tércio enfatiza que quem opta pelo Ro-Ro entende que há uma flexibilidade que não encontrará em outro lugar.

Para entender mais sobre o tema e previsão, assista ao Porto & Negócios, transmitido às quinta-feira, às 20h, pela Santa Cecília TV e simultaneamente pelo Facebook e Youtube do Santa Portal. A apresentação é de Natalie Nanini e os convidados da semana são o diretor de Assuntos Portuários do Sistema Santa Cecília de Comunicação, Casemiro Tércio, e o vice-presidente sênior de Desenvolvimento de Negócios da WW, Flávio Batista.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 16/09/2021*

### COM INICIATIVA DA FRENLOGI, BRASIL PODE INSTITUIR DIA NACIONAL DA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA

*Informação: IBL (16 de setembro de 2021) - Texto: Rafael Oliveira, analista de comunicação do IBL e da Frenlogi.*



***Em ação inédita, senador Wellington Fagundes vai propor projeto no Congresso Nacional para criar a data em setembro.***

Com o objetivo de valorizar o voluntariado brasileiro e reforçar sua importância no atendimento e socorro às vítimas de desastres, o senador Wellington Fagundes, presidente da Frenlogi, anunciou que vai propor a instituição do Dia Nacional da Logística Humanitária. A ideia foi divulgada inicialmente no dia 27 de agosto, durante o 1º Encontro Intersetorial de Voluntariado IBL

Social, e o projeto será apresentado nos próximos dias no Congresso Nacional.

O evento do último dia 27 celebrou o Dia do Voluntariado (comemorado anualmente no dia 28 de agosto) e teve a participação de parlamentares e especialistas. Na ocasião, o Instituto Brasil Logística lançou seu Guia de Logística Humanitária – documento escrito e produzido em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e com o grupo LS Educacional de Brasília.

Pelo projeto que vai tramitar no Congresso, Wellington Fagundes defende que a data seja criada para “promover um conjunto de ações e dispositivos destinados ao fomento, desenvolvimento e promoção da Logística Humanitária, articulando campanhas, estudos técnicos, políticas públicas e eventos visando incentivar a população sobre a importância da Logística Humanitária no que tange os processos envolvidos na mobilização de pessoas, recursos e conhecimentos para ajudar comunidades afetadas por desastres naturais (queimadas, furacões, avalanches, erupções vulcânicas, inundações, entre outros), ou por danos provocados pelo homem”.

As ações propostas no projeto de lei incluem a realização de campanhas e atividades que estimulem a participação da sociedade, do poder público e privado na criação de mecanismos de prevenção, controle e resolução de demandas relacionadas a Logística Humanitária.

O presidente da Frenlogi defende no projeto que o Dia Nacional da Logística Humanitária seja celebrado anualmente no dia 1º de setembro.

Durante o 1º Encontro Intersetorial de Voluntariado IBL Social, o senador Wellington Fagundes parabenizou o trabalho de todos os profissionais que atuaram na criação do Guia de Logística Humanitária e usou a ocasião para realizar uma consulta pública a respeito da criação da data comemorativa.

O Brasil e o mundo enfrentam graves crises e desastres naturais nos últimos anos. Segundo dados divulgados pela Organização das Nações Unidas em 2011, entre os anos 2000 e 2010, o Brasil foi atingido, em média, por seis desastres naturais por ano: seis secas atingiram dois milhões de pessoas; 37 enchentes deixaram 4,5 milhões de vítimas, sendo 1,2 mil fatais; cinco deslizamentos mataram 162 pessoas; cinco tempestades atingiram 15,7 mil pessoas, sendo 26 fatais; epidemias afetaram 606 brasileiros e mataram 203; um terremoto afetou 286 pessoas; e três incidentes de temperaturas extremas mataram 39 pessoas.

A logística humanitária tem se mostrado ainda mais vital para o socorro de pessoas afetadas desde o início do ano passado, quando o coronavírus se espalhou pelo mundo. “A pandemia de

covid-19 mostrou a importância de uma logística eficiente para salvar vidas em todo o mundo. Se não fosse o apoio individual e de iniciativas, às vezes isoladas, talvez a nossa situação tivesse sido ainda mais dramática – no Brasil e no mundo”, ponderou Fagundes em agosto.

Além da pandemia, a logística humanitária também tem enorme importância no combate à crise ambiental enfrentada pelo Brasil. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a quantidade de queimadas no bioma cerrado em 2021 são as maiores dos últimos 9 anos. Entre os dias 1º de janeiro e 31 de agosto deste ano, o cerrado brasileiro registrou 31.566 focos de incêndio.

Queimadas no Pantanal precisam de atenção

Outro bioma que sofre com as queimadas anualmente é o pantanal. Em 2020, os focos de incêndio destruíram 1.391.475 hectares entre janeiro e agosto – o equivalente à área de nove cidades de São Paulo). Já neste ano, as queimadas destruíram 556 mil hectares no pantanal, segundo informações do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (Lasa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O Instituto Brasil Logística e a Frenlogi apoiam e trabalham pela criação do Dia Nacional da Logística Humanitária. A data será útil para chamar a atenção da sociedade sobre a necessidade da participação de todas as pessoas no socorro às vítimas de desastres. São milhões de homens, mulheres, crianças e animais afetados anualmente.

E é importante reforçar que um desastre natural em uma região afeta todo o país. Por exemplo, as queimadas e o desmatamento na região amazônica afetam o regime de chuvas de todo o continente sul-americano – o que pode causar aumento nos custos de produção agrícola e aumentar o preço dos alimentos em todo o Brasil. A logística humanitária ajuda a salvar vidas, reduzir os efeitos de desastres e aliviar sofrimentos. Por isso, é importante a adoção de um calendário nacional que dê visibilidade e apoio ao tema.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 16/09/2021*

## HIDROVIAS DO BRASIL FOI RECONHECIDA COMO UMA DAS MELHORES EMPRESAS NO RANKING “EMPLEADORES DEL AÑO 2021”

*Informação: Hidrovias do Brasil (16 de setembro de 2021)*



**Foto: Hidrovias do Brasil**

A Hidrovias do Brasil foi reconhecida como uma das melhores empresas no ranking “Empleadores del Año 2021”, promovido pelo grupo de mídia 5Díaspy, do Paraguai. A cerimônia de premiação foi realizada ontem (15/9), e fomos representados pelo nosso diretor Ivanir Mayer.

Essa é mais uma excelente conquista que demonstra que estamos no caminho certo para construir um ambiente de trabalho com boas oportunidades de desenvolvimento e crescimento para nossos

colaboradores.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 16/09/2021*

## MSC SE COMPROMETE COM ZERO LÍQUIDO ATÉ 2050

*Informação: Financial Times (16 de setembro de 2021)*

A Mediterranean Shipping Company, o segundo maior grupo de transporte de contêineres do mundo, anunciou publicamente seu compromisso de atingir as emissões líquidas de carbono zero até 2050 pela primeira vez.

O presidente-executivo Soren Toft disse que o conglomerado ítalo-suíço de propriedade privada pretende alcançar a neutralidade do carbono em 30 anos, após promessas de pares como a Maersk da Dinamarca e a CMA CGM da França.



**A MSC afirma que suas emissões de CO2 no ano passado foram 44,3% menores do que em 2008 – Foto: Rodrigo Garrido / Reuters**

“Também estamos nos comprometendo com um futuro líquido zero de carbono com companhias marítimas como a nossa buscando atingir a descarbonização líquida até 2050”, disse ele, falando na London International Shipping Week na quarta-feira.

O transporte marítimo contribui com quase 3% das emissões globais de CO2, mas o setor é difícil de descarbonizar porque combustíveis alternativos como hidrogênio, amônia e metanol ainda não podem ser produzidos em escala sem gerar emissões.

A pressão está aumentando sobre a indústria para aumentar seu compromisso com a descarbonização além do objetivo atual estabelecido pelos membros da Organização Marítima Internacional, o órgão da ONU que regula o transporte marítimo, de reduzir pelo menos à metade as emissões de gases de efeito estufa da indústria até 2050 em relação aos níveis de 2008.

A MSC disse que em 2020 registrou uma redução de 44,3% nas emissões relativas de CO2 em comparação com a linha de base de 2008. Meses críticos estão à frente para a descarbonização do transporte marítimo, com os líderes mundiais se reunindo para a COP26 em Glasgow e a próxima grande reunião sobre mudança climática na IMO em novembro.

O regulador global planeja revisar sua meta global de redução de emissões até 2023. Capital do Clima Onde a mudança climática encontra negócios, mercados e política.

Parece que as tecnologias de emissão zero para navios serão desenvolvidas em meados do século, mas os governos precisam chegar a um acordo sobre um imposto global sobre o carbono para tornar o custo dos combustíveis verdes competitivo com o óleo combustível pesado.

A MSC está prestes a ultrapassar a rival Maersk como a maior empresa do setor em capacidade de navios, o que chamaria mais atenção para a resposta da empresa aos problemas de descarbonização. É o sexto maior emissor de dióxido de carbono na UE, de acordo com Transporte e Meio Ambiente, um grupo de campanha europeu. A empresa está passando por uma mudança depois que Toft, que ingressou na MSC no final do ano passado, chocou a indústria ao deixar a Maersk para se tornar a primeira pessoa de fora a assumir o comando do grupo pertencente à família Aponte.

Toft se recusou a especificar uma meta líquida de zero em uma entrevista ao Financial Times em junho, quando disse que estabelecer metas era uma “coisa boa”, mas a MSC estava mais focada em agir reunindo companhias marítimas com produtores de combustível. Ela formou uma parceria com a Shell para desenvolver combustíveis de navegação para ajudar a descarbonizar o setor. Desde essa entrevista, a Maersk anunciou planos de investir em oito navios movidos a “metanol verde”, a etapa mais radical da indústria para o avanço da descarbonização.

A MSC permanece agnóstica sobre qual motor e tecnologia de combustível apoiar, dado o alto nível de incerteza sobre qual será o mais seguro, mais barato e mais facilmente escalável.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 16/09/2021*

#### DNIT TEM 100% DE SUAS ECLUSAS OPERACIONAIS

Índice foi alcançado com a retomada de serviços em Três Irmãos e Jupuíá, em São Paulo



O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) iniciou o mês de setembro com saldo positivo em relação às eclusas sob sua jurisdição: 100% delas estão operacionais. O índice foi alcançado após a retomada dos serviços nas eclusas de Jupuíá e de Três Irmãos, em São Paulo, no último mês.

As operações são executadas por meio do Programa Nacional de Recuperação, Operação e Manutenção de Eclusas (Proeclusas), que tem como objetivo promover a gestão, operação e manutenção das oito eclusas sob responsabilidade do DNIT atualmente. As eclusagens garantem mais segurança para as embarcações e passageiros.

O sistema de transposição de Jupuíá é constituído por uma eclusa na hidrovia do Rio Paraná. No local, o serviço de eclusagem é contínuo e feito por meio de contrato de operação e manutenção. As ações são muito importantes para a integração do corredor logístico trecho sul da Hidrovia do Rio Paraná à Hidrovia do Rio Tietê.

Com 210 metros de comprimento e 17 metros de largura, a eclusa de Jupuíá é inserida no próprio maciço de concreto da barragem, o que permite a transposição do desnível de 26 metros existente. Assim, é possível a continuidade da conexão entre o tramo sul da Hidrovia do Paraná à Hidrovia Tietê, que tem como elemento complementar a eclusa de Três Irmãos.



Formado por duas eclusas e um canal intermediário na Hidrovia Tietê, o sistema de transposição de Três Irmãos também tem grande importância na integração do corredor logístico das hidrovias da região. O contrato de operações nas eclusas é contínuo.

As eclusas de Três Irmãos têm 142 metros de comprimento e 12 metros de largura. A eclusa superior foi construída no próprio corpo da barragem, defluindo em um lago intermediário que deflui na eclusa inferior e possibilita a transposição do desnível de 50 metros existente. Essa ligação torna possível a conexão entre o tramo sul da Hidrovia do Paraná à Hidrovia Tietê.



**Eclusas** - As eclusas são obras de engenharia que permitem que embarcações superem desníveis em cursos de água, ou seja, subam ou desçam os rios ou mares em locais onde há desníveis. Normalmente, são construídas em barragens, quedas de águas, corredeiras ou hidrelétricas.

As eclusas funcionam para viabilizar a transposição de obstáculos que existem entre os trechos navegáveis ou amenizar os impactos dos ciclos de chuvas ao longo do ano. Assim, além de aumentar a extensão navegável, possibilita o trânsito de embarcações durante um período maior do ano.

Atualmente existem oito eclusas sob a responsabilidade do DNIT. Dessas, quatro ficam no Rio Grande do Sul (Fandango, Amarópolis, Dom Marco e Bom Retiro do Sul), duas em São Paulo (Três Irmãos e Jupia), uma no Pará (Tucuruí) e uma na Bahia (Sobradinho).

**Fonte:** GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

**Data:** 16/09/2021

## DNIT ENTREGA 30 QUILOMETROS RESTAURADOS NA BR-070 EM GOIÁS

Obras ampliam a segurança dos usuários e beneficiam região voltada ao agronegócio e ao turismo



O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), general Santos Filho, participam, nesta quinta-feira (16), da cerimônia de entrega de 30 quilômetros totalmente restaurados com a implantação de acostamentos na BR-070/GO, do segmento que vai do km 375 ao km 405, no município de Montes Claros de Goiás, no Estado de Goiás. As obras começaram em 2020 e o investimento neste

segmento foi de R\$ 33.398.167,14.

Dos 30 quilômetros restaurados, 10 estavam em piores condições. Sendo assim, os técnicos da Autarquia executaram a obra com soluções mais robustas, conforme definições do projeto executivo que, por meio de estudos e de sondagens, apontou a necessidade dos serviços de reciclagem de base, de Tratamento Superficial Duplo (TSD) e, em seguida, de reforço de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), em duas camadas.

As condições eram melhores nos 20 quilômetros restantes e o projeto definiu soluções mais simples. Nesse trecho foram executados serviços de reparos profundos localizados e, em seguida, uma camada de reforço com CBUQ.

Essas obras fazem parte de um contrato que abrange todo o segmento entre as cidades de Itapirapuã até Aragarças. O investimento total será de R\$ 245.556.026,43.

Além das obras de restauração, esse contrato, que termina em 2022, contempla os serviços de manutenção rotineira em todo o segmento da rodovia federal, de 182 quilômetros de extensão. Dentre eles estão a execução de tapa-buracos, limpeza e recuperação dos dispositivos de drenagem, dentre outros.

Os trabalhos executados na rodovia permitem que o pavimento suporte de forma adequada o volume de tráfego existente na região. Além desse benefício, proporcionará maior segurança e conforto aos usuários que trafegam pela via.

**Importância** - A BR-070 é uma rodovia radial, que parte do Distrito Federal e vai até a fronteira com a Bolívia, passando por Goiás e Mato Grosso, no Centro-Oeste do país. A região é conhecida por ser destaque no agronegócio brasileiro e por abrigar empresas e grupos de vários segmentos, como cooperativas agroindustriais, usinas de etanol e de bioenergia, cooperativas de crédito, companhias de alimentos, mineradoras, dentre outras.

A região também é procurada pela temporada de praia em Aragarças, que acontece em julho, e por outros locais da região Sudoeste do Estado de Goiás.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 16/09/2021

# ISTOÉ Dinheiro

## ISTOÉ - DINHEIRO

### COMÉRCIO COM CHINA RESPONDE POR 67% DO SUPERÁVIT BRASILEIRO EM 2021, DIZ FGV



***No mês de agosto, a balança comercial atingiu um novo valor recorde na série histórica, de US\$ 7,6 bilhões, o que levou a um saldo de US\$ 52,1 bilhões acumulados nos oito primeiros meses deste ano (Crédito: Diego Baravelli/Minfra)***

As trocas comerciais com a China responderam por 67% do superávit acumulado pela balança comercial do Brasil de janeiro a agosto deste ano,

segundo os dados do Indicador de Comércio Exterior (Icomex) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

No mês de agosto, a balança comercial atingiu um novo valor recorde na série histórica, de US\$ 7,6 bilhões, o que levou a um saldo de US\$ 52,1 bilhões acumulados nos oito primeiros meses deste ano. O saldo do comércio com a China foi de US\$ 35 bilhões. Sem as trocas comerciais com os chineses, o superávit brasileiro teria sido de US\$ 17,1 bilhões.

“Em adição, com o segundo maior parceiro comercial do Brasil, os Estados Unidos, o país é deficitário”, alertou a FGV, em nota.

O Icomex lembra que a soja, o minério de ferro e o petróleo explicaram 45% das exportações brasileiras no de janeiro a agosto, período em que a China comprou 63% das vendas externas brasileiras de minério de ferro, 69% da soja em grão e 49% do petróleo. A China também teve elevada participação nas compras de carne bovina (57%) e celulose (42%) brasileiras.

“Os ventos favoráveis da balança comercial estão estritamente associados ao desempenho no mercado chinês. Supondo que este continue favorável, os possíveis riscos seriam: aumento das importações com a retomada de um crescimento sustentado do país, num ambiente de valorização cambial, e/ou uma queda acentuada nos preços das commodities. Para 2022, o aumento das importações com crescimento sustentado é um cenário distante, logo a questão se resume, em grande medida, ao desempenho da China para assegurar o crescimento das exportações do país. Com o fim dos estímulos associados às políticas para enfrentar os efeitos recessivos do Covid, é esperada uma menor demanda para minério de ferro. Questões climáticas podem continuar afetando o preço dos grãos e, ao mesmo tempo, a reorganização da criação de suínos na China pode diminuir a demanda por ração animal (soja). A demanda chinesa poderá se traduzir em taxas menores de crescimento, mas não esperamos um recuo nas suas importações”, avaliou a FGV.

O relatório do indicador ressalta, porém, que considerando uma perspectiva de médio e longo prazo, o Brasil deveria buscar garantias via acordos com a China para as vendas de commodities ao mesmo tempo em que deveria perseguir uma diversificação da pauta exportadora em termos de produtos e países de destino.

Segundo a nota do Icomex, o “superávit comercial para 2022 está assegurado, o que é um fator importante, num momento em que há incertezas quanto à entrada de capital via investimentos diretos ou em portfólio no país. Como o país é historicamente deficitário em serviços e rendas, um menor déficit em transações correntes fica dependente da balança comercial”.

Em agosto de 2021, o volume exportado pelo Brasil para o resto do mundo cresceu 8,6% ante agosto de 2020, enquanto o volume importado avançou 39,0%. No acumulado do ano, o volume das exportações subiu 4,4%, e o de importações cresceu 24,8%.

**Fonte: IstoÉ - Dinheiro**

**Data: 16/09/2021**

## LEILÃO DOS CORREIOS INCLUI ELETRÔNICOS, LIVROS E ROUPAS; VEJA COMO PARTICIPAR

Objetos não entregues ou devolvidos ao remetente farão parte de um leilão que será realizado pelos Correios no dia 27 de setembro. O leilão de objetos classificados como refugos, aqueles que não foram entregues ao destinatário ou foram devolvidos ao remetente, após todas as tentativas de entrega e terminado o prazo de direito à reclamação. Esse prazo pode variar entre sete e 30 dias, a depender do objeto.

Ao todo serão leiloados de 61 mil itens, entre peças de vestuário, microinformática, equipamentos eletrônicos, acessórios para veículos, bijuterias e livros, entre outros. Os valores iniciais dos lotes variam entre R\$ 1.303 até R\$ 85.050.

Para participar do certame, os interessados devem se cadastrar na plataforma Licitações-e do Banco do Brasil. Após a conclusão dessa etapa, pessoas físicas e jurídicas conseguem enviar propostas de forma eletrônica para participar da disputa online.

“O edital com todas as informações está disponível na plataforma Licitações-e, pelo nº 893602, e também na página de licitações dos Correios. Basta fazer a busca por modalidade ‘Licitações Correios Aberta’ e escolher “São Paulo Metropolitana” na coluna dependência”, informou os Correios.

A empresa disse ainda que os lotes estão armazenados no bloco 1 do edifício dos Correios em São Paulo, localizado na Rua Mergenthaler, 592. Visitas aos bens devem ser agendadas pelo telefone (11) 4313-8150.

**Fonte: IstoÉ - Dinheiro**

**Data: 16/09/2021**

## MONEYTIMES

### MONEYTIMES

## ANEEL AUTORIZA OPERAÇÃO COMERCIAL DE TERMELÉTRICA UTE GNA I NO PORTO DO AÇU (RJ)

*Por Reuters*



**Porto do Açu - A construção dos empreendimentos tem previsão de cerca de 10 bilhões de reais de investimento (Imagem: Divulgação via Reuters)**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou o início da operação comercial da usina termelétrica UTE GNA I, no Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), com capacidade de 1.338,30 megawatts (MW), informou a agência

em comunicado nesta quarta-feira.

A unidade, movida à Gás Natural Liquefeito (GNL), pertence à joint venture formada por BP, Siemens, Prumo Logística e Spic Brasil e será a segunda maior usina termelétrica em operação no país.

A entrada em operação ocorre em momento em que o governo brasileiro vem empenhando diversas medidas para garantir o fornecimento de energia do país, diante da maior crise hídrica nos reservatórios das hidrelétricas – principal fonte geradora de eletricidade do país.

“A entrada dessa usina será muito benéfica para o setor, especialmente na atual conjuntura. A energia será injetada no sistema na região Sudeste, a mais castigada com a estiagem dos reservatórios, sendo suficiente para atender 4 milhões de habitantes”, disse o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, no comunicado.

No mesmo local, está sendo desenvolvida outra térmica, pelo mesmo agente empreendedor, com capacidade de 1.672,6 MW.

Quando as duas termelétricas estiverem em operação, o complexo será a maior instalação termelétrica da América Latina, disse a Aneel.

A construção dos empreendimentos tem previsão de cerca de 10 bilhões de reais de investimento.

**Fonte: MoneyTimes**

**Data: 16/09/2021**



## AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

### GNA DÁ A PARTIDA EM SUA PRIMEIRA TERMELÉTRICA NO PORTO DO AÇU

*Por epbr - 16 de setembro de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter*

#### **Contato da redação**

**[epbr@epbr.com.br](mailto:epbr@epbr.com.br)**

#### **em jogo**

A GNA inicia nesta quinta (16/9) a operação da UTE GNA I (1.338 MW), localizada no Porto do Açú, em São João da Barra, no Norte Fluminense. A usina foi autorizada a iniciar a operação comercial pela Aneel nessa quarta.

— “A entrada dessa usina será muito benéfica para o setor, especialmente na atual conjuntura. A energia será injetada no sistema na região Sudeste, a mais castigada com a estiagem dos reservatórios, sendo suficiente para atender 4 milhões de habitantes”, comentou o diretor-geral da agência reguladora, André Pepitone.

— “A previsão é que a GNA I seja 100% despachada pelo menos até meados ou o final de 2022. Estamos preparados para isso”, disse Bernardo Perseke, presidente da GNA. Valor

— A GNA é uma joint venture formada por Prumo Logística, bp, Siemens e SPIC Brasil.

- A GNA I faz parte do maior parque termelétrico da América Latina, que a GNA está construindo no Porto do Açú

- O projeto compreende duas térmicas a gás natural (GNA I e GNA II), que, em conjunto, alcançarão 3 GW de capacidade instalada
- A usina opera com GNL fornecido pela bp e transferido para a FSRU BW Magna
- Além das térmicas, o projeto compreende um terminal de GNL, com capacidade total de 21 milhões de m<sup>3</sup>/dia
- O investimento total é de cerca de R\$ 10 bilhões.

UHE Ilha Solteira opera no volume morto. O nível do reservatório de Ilha Solteira, a maior usina hidrelétrica de São Paulo, tem neste momento apenas 1,45% de água, segundo dados oficiais do ONS. A usina está operando no volume morto.

— Localizada no Rio Paraná, Ilha Solteira é de fundamental importância para o controle da tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional, de acordo com especialistas. Sem a usina em funcionamento, aumentam ainda mais os riscos de apagões.

— Ilha Solteira não é um caso isolado em São Paulo. A UHE Três Irmãos segue o mesmo caminho. Registra hoje apenas 1,98% de água em seu reservatório. O Globo

Energia limpa domina a expansão elétrica. O setor elétrico vai aumentar a potência instalada no sistema em 7,4GW em 2022, e quase tudo disso, 7 GW, será de energia limpa.

— Serão 3,6 GW de solar, 2,1 GW de eólica, 350 MW de UHE, e 980 MW de biomassa. Apenas 380 MW serão de térmica fóssil.

— Segundo o consultor Luiz Augusto Barros, da PSR Energy, esses projetos foram contratados em leilões promovidos no governo de Michel Temer e estarão concluídos para entrar no sistema no ano que vem.

— “Essa energia vai ajudar o país a atravessar o ano de 2022, que continuará difícil para o setor elétrico”, disse ele.

— Apesar da atual crise, Barroso destaca que houve aumento de chuvas na região Sul, o consumo de energia está menor do que o esperado, e a Argentina está enviando mais energia para o Brasil. Além disso, as paradas de manutenção de plataformas da Petrobras serão mais curtas do que o esperado. O Globo

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*  
*Data: 16/09/2021*

## **BANCO CENTRAL DIVULGA NOVAS REGRAS DE RISCOS CLIMÁTICOS PARA SISTEMA FINANCEIRO**

*Por Gabriel Chiappini - 16 de setembro de 2021 - Em Clima, Estratégia ESG*

O Banco Central divulgou nesta quarta (15) novas regras que devem ser incorporadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que levem em conta riscos sociais, ambientais e climáticos em suas operações, e um relatório sobre o tema.

“Ao fortalecer as regras associadas às questões sociais, ambientais e climáticas, cujo impacto positivo ou negativo, é cada vez mais relevante para a solvência das instituições, o BC reafirma seu papel de garantidor do equilíbrio, da confiabilidade e da solidez do SFN”, disse a instituição em nota.

Segundo o Banco, o tema ESG (sigla em inglês para ambiental, social e governança) também passou a fazer parte de discussões relacionadas à execução de políticas monetária e cambial.

“Gostaria de ressaltar que o objetivo dessa agenda é, dentro do mandato do BC, criar as condições para o desenvolvimento de finanças sustentáveis no SFN. Melhores práticas internacionais relacionadas a finanças sustentáveis. Maior disponibilidade de recursos do sistema

financeiro para empreendimentos sustentáveis”, afirmou Roberto Campos, presidente do Banco Central.

De acordo com Campos, choques climáticos adversos têm impactos negativos sobre a inflação.

“Ondas de calor, geadas, secas e outros eventos têm afetado os preços de alimentos e energia, com impactos significativos sobre a inflação brasileira”, disse o presidente do BC.

Segundo ele, no longo prazo esses choques poderão ter efeitos mais duradouros.

### **Novas regras**

Entre as resoluções divulgadas, quatro regulamentam a adoção da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) por parte das instituições financeiras, bem como a divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionadas a essas questões.

Entre os riscos sociais, o BC considera a ocorrência ou indícios de atos de assédio, de discriminação ou de preconceito de qualquer natureza, prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão, exploração infantil, entre outros.

Entre os riscos ambientais, a norma destaca o desmatamento ilegal, incêndio criminoso em mata ou floresta, degradação de biomas ou da biodiversidade, poluição irregular do ar, das águas ou do solo; desastre ambiental resultante de intervenção humana, incluindo rompimento de barragem, acidente nuclear ou derramamento de produtos químicos ou resíduos no solo ou nas águas.

No âmbito dos riscos climáticos, a norma destaca os riscos relacionados a transição para uma economia de baixo carbono e os possíveis impactos negativos aos negócios, bem como riscos climáticos físicos, que envolvem condições extremas, incluindo seca, inundação, enchente, tempestade, ciclone, geada e incêndio florestal.

### **Crédito rural**

Integra a lista de normas divulgadas a resolução que trata de impedimentos legais e infralegais relacionados ao meio ambiente na contratação de crédito rural, vetando a possibilidade de empréstimos para empreendimentos em terras indígenas ou áreas de proteção ambiental na Amazônia, por exemplo.

Em abril deste ano, o BC chegou a abrir uma consulta pública propondo a criação de um selo sustentável para auxiliar instituições financeiras na avaliação de riscos.

Campos anunciou a criação de uma ferramenta que dê mais transparência ao crédito rural sustentável, até o fim do próximo ano.

“A medida busca definir critérios de sustentabilidade aplicáveis às concessões de crédito rural, que permitirão caracterizar as operações de crédito rural como sustentáveis dos pontos de vista social, ambiental e climático”, disse o presidente.

Campos também destacou outras recentes iniciativas da instituição, como a assinatura do memorando de Entendimento com a Climate Bonds Initiative (CBI), para identificação de investimentos potencialmente verdes, e a coleta de dados para a formulação de cenários de risco climático em novos testes de estresse realizados pelo BC.

“O desenvolvimento de testes de estresse no SFN incorporando cenários de risco climático possibilitará ao BCB monitorar e identificar potenciais ameaças à estabilidade financeira advindas desse risco”, diz o primeiro Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas do BC.

O principal objetivo dos testes de estresse tradicionais é avaliar se um banco, ou um conjunto de instituições financeiras, possui capital suficiente para cobrir eventuais perdas em cenários severos.

O relatório está alinhado às recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosure (TCFD), que tenta mensurar os impactos climáticos na precificação de riscos no momento da concessão de empréstimos. Mas ao contrário da TCFD que só contempla aspectos climáticos, o BC inclui riscos ambientais e sociais.

A publicação detalha ações da instituição na mitigação dos riscos decorrentes de mudanças ambientais e climáticas quanto da existência de disparidades sociais.

“O Brasil é extremamente privilegiado no que se refere a variedade ambiental e climática. Possuímos biomas vastos e riquíssimos em biodiversidade animal e vegetal, além de alta tecnologia para manejo da agricultura e pecuária. Com o apoio de um sistema financeiro avançado e capaz de prover recursos para esses setores com rapidez e eficiência, a transição para uma economia de baixo carbono pode, sem dúvida, ser benéfica para o desenvolvimento do país”, diz o documento.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 16/09/2021*



## JORNAL O GLOBO – RJ

### **BOLSONARO ENVIA AO CONGRESSO PLANO PARA REDUZIR R\$ 15 BI EM INCENTIVOS FISCAIS EM UM ANO**

Proposta quer limitar estímulos a 2% do PIB no período de oito anos

*Por Dimitrius Dantas*

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei com um plano que pretende reduzir incentivos e benefícios fiscais. A expectativa é que, ao final de oito anos, os incentivos do governo sejam reduzidos a 2% do PIB. O texto estava previsto na PEC Emergencial, aprovada para controlar os gastos públicos durante a pandemia.

De acordo com o governo, o plano prevê um corte de R\$ 22 bilhões em gastos tributários, sendo R\$ 15 bilhões no primeiro ano. O restante ocorrerá de forma gradual, quando os atuais benefícios fiscais não serão renovados.

Para 2021, a proposta de Orçamento estima que as renúncias fiscais representem R\$ 307,9 bilhões.

Aprovada em março, a emenda à Constituição batizada de PEC Emergencial previa que fosse enviado ao Congresso um plano para reduzir as renúncias fiscais em 10% no primeiro ano e um limite aos incentivos de 2% do PIB em um prazo de oito anos — hoje, eles chegam a 4,25%.

Considerado complexo por especialistas, o sistema tributário brasileiro recebeu diversos incentivos fiscais a determinados produtos com o passar dos anos, consequência da pressão de grupos organizados.

Segundo o governo, o plano pretende tornar o sistema mais justo por meio da eliminação de distorções e da redução de benefícios que já não são relevantes para a sociedade ou são obsoletos.

Alguns benefícios, entretanto, seguem inalterados, como os incentivos aos produtos da cesta básica, a micro e pequenas empresas, à Zona Franca de Manaus e a bolsas estudantis.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 16/09/2021*

## COM CRISE HÍDRICA E PRESSÃO DE SETORES, GOVERNO REAVALIA FIM DO HORÁRIO DE VERÃO

Ministério de Minas e Energia sustenta que contribuição do horário de verão para redução do consumo é pequena, mas solicitou que ONS reexaminasse a questão

*Por Fernanda Trisotto*

BRASÍLIA – Com o agravamento da crise hídrica e a pressão de alguns setores, o Ministério de Minas e Energia (MME) decidiu reavaliar o horário de verão, extinto pelo governo no primeiro ano da presidência de Jair Bolsonaro. A pasta mantém a posição de que adiantar os relógios em uma hora têm contribuição limitada para economia de energia, mas solicitou que o Operador Nacional do Sistema (ONS) reveja a questão diante da atual conjuntura.

Ainda em julho, entidades do setor de turismo e de restaurantes enviaram um documento ao presidente Jair Bolsonaro pedindo pelo retorno do horário de verão ainda em 2021. Os empresários argumentaram que o horário de verão impacta positivamente nos negócios porque adiciona uma hora para receber turistas e clientes, mesmo não tendo grande impacto no consumo de energia.

Em nota, o MME afirmou que “tem estudado iniciativas que visam o deslocamento do consumo de energia elétrica dos horários de maior consumo para os de menor, de forma a otimizar o uso dos recursos energéticos disponíveis no Sistema Interligado Nacional (SIN)”.

A pasta sustenta que a contribuição do horário de verão para a redução do consumo é limitada, porque as mudanças de hábito da população deslocaram o pico de consumo para o período diurno. “Assim, no momento, o MME não identificou que a aplicação do horário de verão traga benefícios para redução da demanda”, escreve.

Ainda assim, a pasta solicitou “recentemente” ao ONS “que reexaminasse a questão à luz da atual conjuntura de escassez hídrica, considerando os estudos já realizados”. O MME não informou quando fez essa solicitação, qual o prazo para receber essa nova avaliação e qual a possibilidade de adotar a medida ainda em 2021.

O Instituto Clima e Sociedade (iCS), em estudo divulgado nesta semana, reconhece que os impactos trazidos pelo horário de verão vinham diminuindo e que a tendência histórica indicava que, em algum momento, ele deixaria de ser relevante. Mas a crise hídrica muda esse cenário.

“A grande questão é que, hoje, o Brasil está vivenciando uma crise hídrica. Se há alguns anos uma economia de 2% a 3% no consumo poderia ser tímida e pouco representativa, hoje ela pode fazer a diferença, aliviando um pouco a demanda em um de seus horários de pico”, conclui o relatório.

Para Luiz Barata, consultor do Instituto Clima e Sociedade (iCS) e ex-diretor-geral do ONS, o horário de verão é uma opção que o governo precisa avaliar, e isso já está sendo feito tardiamente, uma vez que o próprio governo tem incentivado a redução voluntária de consumo:

— Agora que se está atacando quilowatt a quilowatt, megawatt a megawatt, se existe algo que pode reduzir o consumo, por que não estudar isso? Tem que revistar esse estudo, rever e verificar se não vale a pena adotar o horário de verão.

O consultor diz que apesar de a existência do horário de verão sempre ter sido “vendida” como uma necessidade do setor elétrico, ele vai além dessa fronteira e afeta outras atividades. Assim, a

análise sobre manutenção ou extinção do horário tinha que passar pela avaliação de benefícios e malefícios que impactam outros setores para além da questão econômica.

Na avaliação de Paulo Solmucci, presidente-executivo da Abrasel, esse movimento do governo é uma resposta às demandas do setor, que já enviaram duas cartas ao governo pedindo um posicionamento.

— Importante destacar que a decisão passada foi tomada levando mais em consideração que parte a população 'não gostava' e que a economia era pequena. O que naquele momento era pequeno e pouco importante, cresceu muito de valor. Mas, a nosso ver, mesmo que a economia seja pequena, o benefício social de ajudar os setores mais afetados pela pandemia como o nosso, já justificaria por si só a adoção. Além disso, há o benefício adicional de sinalizar para a sociedade que qualquer economia de energia é importante — afirmou.

Fonte: O Globo - RJ  
Data: 16/09/2021

## REDE 5G DEVE SER LANÇADA COMERCIALMENTE EM SÃO PAULO NO NATAL, PREVÊ MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES

No Rio, Câmara municipal aprova PL para flexibilizar instalação de antenas para Quinta Geração de telefonia

Por Bruno Rosa



**Rede 5G deve ser lançada comercialmente em São Paulo no Natal Foto: Lionel Bonaventure / AFP**

RIO - O ministro das Comunicações, Fábio Faria, espera que a rede 5G independente (chamada de standalone) seja lançada comercialmente em São Paulo já no fim deste ano, apesar dos atrasos em torno da publicação do edital do certame pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A quinta geração de telefonia vai permitir velocidade de internet de dez a vinte vezes superior ao 4G atual e permitir ainda a conexão de objetos.

Huawei: 'Decisão do Brasil sobre 5G será referência para outros países', diz presidente da empresa

Faria participou de um seminário promovido pela Esfera Brasil em São Paulo e que foi transmitido pela internet na manhã desta quinta-feira. Ele disse ainda que espera que o esperado leilão de 5G seja realizado ainda em outubro deste ano, após vencer os desafios geopolíticos. Isso abriu caminho para que a chinesa Huawei possa fornecer equipamentos para as teles.



- No Natal deste ano, vamos ter 5G standalone em São Paulo funcionando. Tenho certeza disso. Já foi falado por alguns CEOs (presidentes) de empresas que já vão começar no outro dia a instalar. Acredito que algumas cidades já vão virar o ano com 5G standalone, que é o 5G com internet das coisas - disse Faria.

**Tecnologia 5G deve começar a ser operadora no Brasil em 2022 Foto: Justin Tallis / AFP**

Rede independente

O 5G standalone é uma rede independente que será construída pelas operadoras de telefonia móvel que vencerem o leilão. Por ser standalone, essa rede não vai depender da tecnologia 4G e vai precisar ser construída do zero.

Ericsson: "Já temos equipamentos 5G encaixotados, prontos para vender"

O 5G vai permitir velocidades a partir de 1 Gigabit por segundo (Gbps). Um Gigabit equivale a mil Megabits. Como base de comparação, a velocidade 4G tem média de 13 Mbps e pode chegar, em alguns casos, a 80 Mbps.

Já, o DSS 5G, que é oferecido hoje, permite em média velocidades de 200 Megabits por segundo (Mbps) e, em testes controlados, essa velocidade pode chegar a 800 Mbps. O 5G DSS já foi criticado pelo ministro em outras ocasiões.

### Edital do leilão

Faria disse no evento que espera que o edital do leilão de 5G seja publicado nos próximos dias. Ele destacou que já conversou com o conselheiro da Anatel Moisés Queiroz Moreira, que pediu vista do processo na última segunda-feira.

Moisés fez uma série de questionamentos sobre o edital e disse que ainda era necessário mais tempo para ajustar todos os pontos e "endereçar as melhores providências".

- O Moisés nos enviou ontem todas as perguntas. O debate não é em cima do leilão. Tudo já está aprovado. As dúvidas são em cima do que o TCU (Tribunal de Contas da União) nos falou, com as recomendações. E estamos respondendo isso - destacou ele.

O ministro disse que pedidos de vistas sempre são esperados em processos como esse:

- Não fui pego de surpresa. Pedido de vista é sempre esperado. Acreditava que a gente pudesse superar antes, já que temos um diálogo aberto. Após a publicação do edital, o leilão ocorre em 30 dias. Seria dia 14 (de outubro) o leilão, se adiar por dez dias, teremos o leilão no dia 21 ou 24 ou um pouco tempo mais - destacou ele. - 5G não é um projeto do presidente Bolsonaro. É um projeto para o país.

### No Rio, Câmara aprova PL para 5G

A Câmara Municipal do Rio encaminhou para o prefeito Eduardo Paes o Projeto de Lei Complementar 19/2021, que regulamenta a instalação e compartilhamento das antenas para a tecnologia 5G no município. A aprovação ocorreu no último dia três e a leitura do projeto ocorreu na terça-feira, dia 14. Agora, o prefeito terá 15 dias para sancionar ou não o projeto e transformar em lei.

O projeto, de autoria dos vereadores Carlo Caiado (DEM), Rafael Aloísio Freitas (Cidadania) e Pedro Duarte (Novo), foi discutido em reuniões e audiências públicas na Câmara do Rio.



**O ministro Fábio Faria Foto: Jorge William / Agência O Globo**

Ele segue as diretrizes da Anatel e simplifica o licenciamento das antenas de 5G, menores que as convencionais, chamadas "Estações Transmissoras de Pequeno Porte", desde que instaladas em prédios e outras construções de forma camuflada ou harmonizadas com o entorno, sem gerar impacto visual.

- Apesar da questão do 5G hoje estar muito focada na esfera federal, a instalação de antenas nas cidades depende da legislação municipal, que precisará ser atualizada em todo o Brasil por conta

das características dessa nova tecnologia. O que esse projeto faz é exatamente preparar esse terreno para permitir que o Rio esteja na frente na implementação dessa tecnologia - disse Caiado.

Pedro Duarte explicou que as antenas 5G têm o tamanho de uma caixa de sapato:

- E será preciso ter cinco vezes mais antenas do que tínhamos antes. Se continuarmos exigindo para cada antena, um licenciamento, vai atrasar muito e vai ficar muito burocrático. Então, o principal foco dessa nova legislação é entender essa nova realidade, do tamanho dessa antena e da multiplicação, e tornar o processo muito menos burocrático - destacou o parlamentar.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 16/09/2021*

## SECRETÁRIO DE GUEDES QUER RESOLVER IMPASSE DOS PRECATÓRIOS E ORÇAMENTO EM UM MÊS

Bruno Funchal afirmou que governo quer solucionar questão dos precatórios em 30 dias, para refazer Orçamento de 2022 e abrir espaço para novo Bolsa Família

*Por Fernanda Trisotto*



***O secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal***  
***Foto: Washington Costa / Ministério da Economia***

BRASÍLIA — O secretário especial do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, afirmou que o governo trabalhará com um horizonte de 30 dias para encontrar uma solução para o impasse dos precatórios e enviar uma mensagem modificativa alterando as projeções para o Orçamento de

2022. Isso afeta a reformulação do Bolsa Família, que será vitrine eleitoral para o presidente Jair Bolsonaro.

— Espero que a gente consiga resolver esse problema (dos precatórios) nos próximos 30 dias, para que a gente consiga refazer o orçamento e andar com o novo programa de renda e reduzir essas incertezas que estão atrapalhando na recuperação econômica — afirmou em evento virtual voltado ao mercado de securitização.

A fala de Funchal ocorreu antes de o Palácio do Planalto divulgar nota informando que o governo vai aumentar temporariamente a alíquota de IOF para bancar a expansão do Auxílio Brasil.

Como o assunto tem sido exaustivamente debatido ao longo das últimas semanas, o secretário diz que endereçar a solução para os precatórios e o programa de transferência de renda vai ajudar a acalmar o mercado.

Como o assunto tem sido exaustivamente debatido ao longo das últimas semanas, o secretário diz que essa resolução

— Resolvendo as incertezas dos precatórios, (a gente) refaz o Orçamento. Tirando essa incerteza da mesa, tenho certeza que a tendência é que essa curva (de juros) comece a baixar e aí você tem um pouco mais de previsibilidade em relação a trajetória de despesa. Muito desse prêmio de risco é por conta disso — declarou.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 16/09/2021*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### SUZANO, MOVIDA, B3 E RUMO CAPTAM US\$ 2 BI COM ESG, MAS TÊM DEMANDA PARA QUASE US\$ 10 BI

Por Cynthia Declodt



**Maior parte das metas acertadas está relacionada ao meio ambiente Foto: L Adolfo/Estadão**

Está cada vez mais claro que o espaço para a oferta de investimentos com compromissos de sustentabilidade é enorme. Em setembro, segunda temporada mais importante no mercado de dívida externa, quatro, das cinco captações feitas por empresas brasileiras, foi por meio de emissão de títulos de dívida (bonds) com compromissos ligados ao ESG (sigla para boas práticas ambientais, sociais e de governança). A demanda de investidores por esses papéis foi de quase cinco vezes em relação ao volume oferecido pelas companhias.

Suzano, Moviada, B3 e Rumo levantaram juntas US\$ 2 bilhões desde o início de setembro, com a promessa de cumprir metas relacionadas à redução de emissão de gás efeito estufa e à diversidade. O volume de interessados nos papéis atingiu US\$ 9,4 bilhões ou 4,7 vezes o emitido.

Embora a maior parte das metas esteja ligada ao meio ambiente, os compromissos sociais começam a aparecer em duas captações da Suzano, inclusive na feita no início do mês, de US\$ 500 milhões, e na da B3, realizada nesta quarta-feira. Nas duas, a proposta é aumentar o número de mulheres em cargos de liderança. A B3 levantou US\$ 700 milhões prometendo elevar de 27% para 35% o comando feminino e ainda criar até 2024 um índice de diversidade, referência para investidores que buscam empresas com essa prioridade.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/09/2021

#### MSC SE PREPARA PARA COMPRAR A LOG-IN LOGÍSTICA VIA BOLSA; OPERAÇÃO DEVE SER DE R\$ 2 BI

Possibilidade de realização da operação já foi informada ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Log-In confirmou oferta por até 67% de suas ações

Por Fernando Scheller, O Estado de S.Paulo

O braço de logística da MSC – parte do mesmo grupo famoso pelos cruzeiros marítimos – está se preparando para tentar comprar o controle Log-In Logística, listada na B3, em uma operação a ser realizada via Bolsa de Valores. O negócio deve movimentar cerca de R\$ 2 bilhões, segundo apurou o Estadão. A possibilidade de realização da operação já foi informada ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).



**A Log-In Logística, fundada em 1973, atua com transporte de carga por via marítima Foto: TASSO MARCELO/ESTADÃO - 11/10/2011**

Em fato relevante divulgado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na noite desta quarta-feira, 16, a Log-In confirmou as conversas. "A LogIn (...) vem informar aos seus acionistas,

investidores e mercado em geral que recebeu desta data a carta anexa na qual a Sas Shipping Agencies Services Sàrl, subsidiária integral da MSC Mediterranean Shipping Company S.A. informa que apresentou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade pedido de autorização para adquirir, por meio de uma oferta pública para aquisição de controle a ser lançada futuramente, ações representativas de até 67% do capital social da Companhia", diz o texto da Log-In.

A empresa afirma ainda que "analisará o conteúdo da referida carta, bem como suas obrigações em relação à oferta pretendida e manterá o mercado informado sobre os desdobramentos relevantes a respeito do tema".

Procurada, a Log-In não respondeu ao contato da reportagem. A MSC não foi encontrada.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 16/09/2021*

## **PROPOSTA DO GOVERNO DE PARCELAR PRECATÓRIOS É APROVADA POR COMISSÃO DA CÂMARA**

Matéria foi aprovada por 32 votos a favor e 26 contra; fatura com dívidas judiciais da União chega a R\$ 89,1 bi em 2022 e, se paga integralmente, deixará o Orçamento sem espaço para a ampliação do Bolsa Família

*Por Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição que parcela o pagamento de precatórios, como são chamadas as dívidas judiciais. Cabe à CCJ analisar apenas a admissibilidade da proposta, ou seja, se ela está de acordo com os princípios da Constituição. A matéria foi aprovada por 32 votos a favor e 26 contrários.

Para que a tramitação da PEC pudesse seguir adiante era necessária apenas maioria simples na votação no colegiado. O texto agora irá para uma comissão especial que analisará a proposta e fazer alterações.

O relator da matéria na CCJ, deputado Darci de Matos (PSD-SC), defendeu a admissibilidade dizendo que é preciso encontrar uma "solução que alcance a necessária responsabilidade fiscal exequível de pagamentos de precatórios".

A conta dos precatórios prevista para 2022 é de R\$ 89,1 bilhões e, se paga integralmente, deixará o orçamento do ano que vem sem espaço para novas políticas, como a ampliação do Bolsa Família.

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), também já começou a coletar assinaturas para outra PEC, que tira toda a despesa com precatórios do teto de gastos. A medida liberaria R\$ 20 bilhões dentro do limite de despesas - espaço que ajudará a acomodar o novo programa social, Auxílio Brasil, que será o sucessor turbinado do Bolsa Família.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a aprovação de uma PEC deve se tornar a principal saída para o governo, dado que nem a retórica mais amena do presidente Jair Bolsonaro, após as hostilidades contra o Judiciário nas manifestações de 7 de setembro, será suficiente para recolocar na mesa de negociações a saída via Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Uma resolução do colegiado que vinha sendo negociada e dispensaria uma mudança constitucional, que requer do governo forte capacidade de articulação política para garantir apoio de 308 deputados e 49 senadores em dois turnos de votação em cada Casa.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 16/09/2021*

### LIRA DIZ QUE POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS NÃO ESTÁ CLARA E SINALIZA QUE CÂMARA PEDIRÁ INFORMAÇÕES

Presidente da Casa criticou o preço "absurdo" do gás e cobrou que a estatal se preocupe com funções estratégicas para o Brasil

*Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - Depois de a Câmara dos Deputados receber o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, o presidente da Casa, Arthur Lira (Progressistas-AL), mostrou nesta quinta-feira, 16, que a Câmara não ficou satisfeita com os esclarecimentos prestados e continuará cobrando da estatal mais explicações sobre a política de preços.

Em live da Necton Investimentos, Lira chamou atenção para o que chamou de valor "absurdo" do gás natural, destacado como um dos principais problemas que a estatal precisará esclarecer. Para Lira, não está claro qual a política da Petrobras nesse momento de crise energética.



**Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados**  
**Foto: Cleia Viana/ Agência Câmara**

"Gás natural é um problema. Temos a informação de que o gás é extraído do pré-sal a perto de US\$ 2, é importado do Qatar a perto de US\$ 3. E as informações que nos chegam é que a Petrobras repasse esse gás a US\$ 10 no País porque encaminha pelo seu gasoduto. Se tem algum problema lógico que temos que atacar o problema", disse presidente da Casa, que subiu o tom ao

novamente cobrar que a estatal se preocupe com funções estratégicas para o Brasil.

Lira criticou que, num momento de crise energética, existam de oito a nove térmicas paradas por falta de gás natural, que seria fornecido pela Petrobras. O deputado ressaltou que tal informação, que chega até ele, precisa ser verificada.

Segundo ele, alguns requerimentos de informação elaborados por deputados sairão da Câmara com destino a Petrobras. "Providências podem ser pedidas, requerimentos podem ser feitos. Solicitações de ajuda a outros órgãos de controle. Mas é importante que a Petrobras se antecipe, esclareça, contribua, venha a público prestar esclarecimentos e se solidarizar com informações adequadas", disse. "Lógico que Congresso vai tomar e seguir com providências, sem machucar a economia, a empresa", continuou.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) quer pedir ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e ao Ministério Público investigação sobre a formação de preços dos combustíveis pela Petrobras. "São atividades parlamentares individuais de cada deputado, não é uma ação da Câmara organizada", comentou Lira sobre a iniciativa.

"Num momento drástico de crise energética, saída de pandemia, não é justo que se preconize só lucro e resultado de divisão de dividendos e repasse de lucros. É importante que se pense em política energética de esforço se tenha viés em pensar em estruturar setores, em facilitar desenvolvimento e investimentos no País", afirmou o presidente da Casa.

Após o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmar nesta semana que o aumento de preços praticado pela Petrobras ocorre de forma mais rápida que em outros países, Lira endossou a avaliação. "Precisamos saber onde está o problema do preço dos combustíveis, há quem diga que a Petrobras repassa muito rápido, é das empresas que mais repassam o aumento do barril e do dólar com relação a outras petrolíferas do mundo", disse o presidente da Câmara.

"A pandemia machucou demais, isso reverbera na Casa", comentou Lira sobre a movimentação na Câmara para cobrar esclarecimentos da estatal.

Ao mostrar que não ficou satisfeito com as explicações concedidas pelo presidente da Petrobras na Câmara, Lira reforçou ser necessário entender a origem dos problemas para surgir uma solução, principalmente em relação ao preço do gás. "Que términas funcionem. Elas não resolverão problema energético, mas amenizam", disse.

"Sem alvoroço, tumulto, não está claro qual a política da Petrobras nesse momento de crise energética. Priorizar por exemplo suas térmicas que poderiam estar funcionando, as refinarias que poderiam estar funcionando com gás natural, estão com óleo diesel, poderiam estar com óleo, gás? Onde é vantagem, desvantagem", disse Lira, para quem não é possível ficar em estado de inércia diante da situação.

"Se pode se verificar se for verdade, absurdo esse preço de extração do gás, de importação e preço de venda da Petrobras, não se justifica extração entre US\$1 e US\$2 e venda de US\$ 10. Se for verdade temos que corrigir, vai refletir diretamente no bolso", afirmou.

O presidente da Câmara disse ainda que não defende uma prática de intervenção ou tabelamento de preços, mas cobrou que a política da estatal seja "justa" para dividir com "povo brasileiro um pouco da riqueza que ela arrecada".

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 16/09/2021*

## APÓS CONFUSÃO, RELATOR DA REFORMA ADMINISTRATIVA VAI APRESENTAR NOVA VERSÃO DO TEXTO ATÉ SEXTA

Parecer de Arthur Maia trazia privilégios para carreiras policiais e acabava com a possibilidade de redução de jornada e salário de servidores; votação na comissão especial da Câmara ficou para a próxima terça-feira

*Por Camila Turtelli, Adriana Fernandes e Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - O relator da reforma administrativa, deputado Arthur Maia (DEM-BA), recuou da nova versão do texto apresentada na noite de quarta-feira, 15, que trazia privilégios para carreiras policiais e acabava com a possibilidade de redução de jornada e salário de servidores.

Após reunião com membros da comissão especial que analisa o tema, ele decidiu restabelecer o texto apresentado anteriormente no dia 1º de setembro e apresentar uma nova versão até sexta-feira, 16. A votação da matéria ficou prevista agora para a próxima terça-feira, 21.



Na nova versão, que deve ser cancelada, Maia fez uma série de mudanças, com a inclusão de novos benefícios, principalmente a policiais. O Centro de Liderança Pública (CLP) diz que a proposta que tinha o objetivo de reformular o RH do Estado se transformou em uma "antirreforma" administrativa e agora diz que iria trabalhar contra o texto.

***O relator da reforma administrativa, deputado Arthur Maia (DEM-BA). Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados - 10/8/2021***

O parecer revogou uma série de conquistas da reforma da Previdência para agentes da segurança pública, voltando a regra para o que era antes exclusivamente aos membros destas forças. A proposta também incluiu guardas municipais e policiais legislativos nas forças de segurança, transformando-os em carreiras exclusivas de Estado, e transferiu a Polícia Federal para a competência do Judiciário.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas-AL), atribuiu a mudança da data de votação do texto no colegiado ao fato de que ainda "estão havendo ruídos" sobre o tema.

Outra mudança feita pelo relator foi a retirada da possibilidade de reduzir em até 25% a jornada e o salário nos cargos públicos - a medida não seria válida para as carreiras consideradas exclusivas de Estado (aquelas que não tem equivalência no setor privado, como diplomatas). Segundo fontes, o dispositivo havia sido incluído a pedido do Ministério da Economia, que tentou emplacar essa mudança na PEC emergencial, aprovada no ano passado pelo Congresso, mas não teve sucesso.

A redução poderia ocorrer desde que fossem asseguradas a proporcionalidade do salário em relação ao que era pago antes ao servidor. A remuneração também deveria ser preservada na hipótese de redução em decorrência de limitação de saúde ou para cuidar de cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou de madrasta e enteado, ou de dependente que viva a suas expensas.

Como mostrou o Estadão, a economia com o corte de até 25% da jornada de trabalho e remuneração dos futuros servidores públicos poderia chegar a R\$ 33 bilhões em 10 anos, segundo cálculos do CLP.

De acordo com fontes, o que mais causou incômodo foi o privilégio dado aos policiais no novo texto, o que foi visto como uma forma de atender a um pleito dos policiais federais que procuram equiparação salarial com o poder Judiciário.

Na segunda-feira, 13, o relator teve uma audiência com o ministro da Justiça, Anderson Torres, acompanhando do presidente da Câmara. O encontro consta na agenda oficial do ministro. Torres tem feito pressão para mudanças no texto da reforma. "Dia importante para o @JusticaGovBR, estamos acompanhando atentamente os desdobramentos da #PEC32, em busca da merecida valorização das forças de segurança. Direitos importantes das forças de segurança vêm sendo reconquistados no andamento da #PEC32", escreveu o ministro no Twitter.

Nesta quinta-feira, 16, ele voltou a tuitar sobre o tema. "Seguimos nas tratativas com os @DepArthurMaia e @ArthurLira\_ para que tudo caminhe na direção do devido reconhecimento do valor que esses profissionais têm para o #Brasil", escreveu.

Segundo fontes, um dos pleitos do ministro é sobre a retomada aposentadoria integral de policiais. "Os policiais que entraram no serviço público até a data da promulgação da PEC da reforma da Previdência em 2019 têm direito a essa integralidade. Vai continuar assim. Não mudará nada. Essa integralidade foi aprovada na PEC da reforma da previdência em 2019", disse Arthur Maia.

O parecer também abria brecha para a lei que limita os supersalários (ao teto do funcionalismo, hoje R\$ 39,3 mil) ser burlada e dificulta o desligamento dos servidores por insuficiência de desempenho.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 16/09/2021*



**VALOR ECONÔMICO (SP)**

**BRASIL PERDE R\$ 1,3 TRILHÃO COM PANDEMIA, DIZ UNCTAD**

PIB da América Latina e Caribe caiu 7,1% em 2020 e a agência da ONU projeta crescimento de apenas 5,5% em 2021

*Por Assis Moreira — De Genebra*

O Brasil sofrerá perda de renda de US\$ 240 bilhões (R\$ 1,260 trilhão) entre 2020 e 2025 por causa dos efeitos da pandemia de covid-19, segundo as projeções feitas pela Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad). Globalmente, a entidade calcula que os países em desenvolvimento estarão US\$ 12 trilhões mais pobres até 2025 em razão dos efeitos da pandemia sobre a economia.

No caso do Brasil, a projeção é que esse empobrecimento representará US\$ 146 bilhões entre os anos de 2020 e 2021, ou menos 8% do Produto Interno Bruto (PIB). Entre 2022 e 2025, o Brasil perderia mais US\$ 94 bilhões.

Assim, no acumulado de 2020 a 2025 a perda de renda do país seria de US\$ 240 bilhões, equivalente a menos 13,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Na América Latina como um todo, a perda de renda seria de US\$ 619 bilhões entre o quinquênio 2020-2025.

No Brasil, diz a Unctad, “apesar do pesado custo humano da pandemia, a economia se contraiu em apenas 4,1% em 2020, o menor impacto entre as maiores economias latino-americanas”.

O Brasil se aproxima da marca de 600 mil mortos por covid-19 desde o início da pandemia.

Em seu relatório anual, a agência da ONU aponta que a política expansionista, tanto fiscal quanto monetária, ajudou o Brasil a atenuar o impacto econômico da covid-19 e, em 2021, a recuperação dos preços das commodities e uma eliminação gradual do estímulo fiscal deverá ajudar o crescimento do PIB em 4,9%.

Ainda pelo lado positivo, diz a Unctad, a vacinação e a demanda de serviços no Brasil tendem a registrar uma aceleração neste segundo semestre. Do lado negativo, a agência observa que a escassez de oferta das usinas hidrelétricas tem impulsionado a inflação, o que, por sua vez, está forçando o Banco Central a aumentar a taxa de juros de curto prazo “para um nível contracionista”.

Outro trecho do relatório, a Unctad diz que na Argentina, Brasil, Nigéria, Sudão do Sul, Sudão e Zimbábue os preços de um ou mais alimentos básicos atingiram níveis anormalmente altos em meados deste ano e que poderiam ter um impacto negativo no acesso aos alimentos.

A América Latina e o Caribe como um todo foram severamente atingidos pela covid-19, com altas taxas de contágio e mortalidade, quadro que se somou a uma forte desaceleração econômica. O PIB de toda a região caiu 7,1% em 2020 e a Unctad projeta crescimento de apenas 5,5% em 2021.

A agência diz ainda que a América Latina está vivendo um aumento da inflação, devido ao pico internacional nos preços dos alimentos e à volatilidade das taxas de câmbio, “causada pela especialização excessiva da região nas exportações de commodities e pela alta exposição aos fluxos especulativos de capital internacional”.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 16/09/2021**

## **SUÍÇA MSC QUER COMPRAR A LOG-IN, HAPVIDA FAZ NOVA OFERTA PELA HB SAÚDE E IGP-10: AS NOTÍCIAS MAIS QUENTES DO DIA**

Veja o que você precisa saber e acompanhar nesta quinta-feira

**Por Valor, Valor — São Paulo 16/09/2021 08h54**



**Log-In é uma empresa de cabotagem que atua a partir do terminal de Vila Velha (ES) — Foto: Reprodução / Facebook Log-IN**

MSC vai fazer oferta por 67% do capital social da Log-In. A MSC, empresa suíça de transporte marítimo e logística, vai fazer uma oferta por até 67% do capital social da Log-In, empresa de cabotagem que atua a partir do terminal de Vila Velha (ES). O preço proposto é de R\$ 25 por ação, um prêmio de 67% em relação ao fechamento de ontem. A

gestora Alaska tem cerca de 45% da Log-In. A empresa tem origem na área de navegação da Vale e que abriu o capital em 2007, com valor de mercado perto de R\$ 1,58 bilhão.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 16/09/2021**

## COMBUSTÍVEL JÁ PRESSIONA O FRETE DE MERCADORIAS

Redes e plataformas de comércio eletrônico têm recebido mais pedidos por reajustes, de 5% a 10%

**Por Adriana Mattos e Taís Hirata — De São Paulo**

Empresas da cadeia de distribuição de produtos, como varejistas e atacadistas, já sentem o efeito dos seguidos aumentos nos preços dos combustíveis, em especial do óleo diesel. A alta também tem pressionado fortemente o setor de transporte de carga.

Redes e plataformas de comércio eletrônico têm recebido mais pedidos por reajustes, de 5% a 10% - os chamados “gatilhos”, que podem ser negociados pelas transportadoras nos contratos. Isso tende a pressionar mais a estrutura de custos das cadeias de lojas e sites, elevando a possibilidade de repasse ao consumidor. Plataformas on-line e varejistas com escala maior têm resistido à pressão, mas há outras que concederam reajustes parciais nos fretes.

Uma alternativa têm sido buscar transportadoras menores para atender a última etapa da entrega. Tentam também aumentar a produtividade com estruturas mais eficientes de entrega. “Quando identificamos esses pedidos [de repasses], recorremos à nossa base de cerca de 30 transportadoras parceiras, e acionamos essas companhias para ver aquelas abertas a assumir os contratos passíveis de aumentos”, diz Glória Porteiro, responsável pela área de transportes da Infracommerce, empresa de serviços para o comércio eletrônico.

No setor de transporte de cargas, as empresas procuram soluções para reduzir custos. A inflação no setor é generalizada, com altas também nos preços de pneus, peças e veículos. O combustível, porém, é um dos principais itens, com um peso de 30% a 40% no valor dos fretes.

O repasse ocorre após negociações duras, afirma Janaína Araújo, presidente da Tora, que opera com uma frota própria de 700 caminhões, além de 3 mil carretas. “O mercado de transporte logístico é muito pulverizado, enquanto muitos dos clientes são grandes indústrias. Alguns contratos já têm gatilhos para reajustes de acordo com o preço do diesel, mas em outros casos é preciso negociar”, diz ela.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 16/09/2021**

## STJ: EMPRESAS EXPORTADORAS VENCEM DISPUTA SOBRE DRAWBACK

Corte definiu a partir de quando multa de mora é devida

**Por Joice Bacelo, Valor — Rio**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, nesta quinta-feira, sobre uma questão importante para as empresas exportadoras. Os ministros definiram que se o contribuinte perdeu o prazo para usar o benefício fiscal do regime drawback, só deve pagar multa de mora a partir do 31º dia de inadimplemento do compromisso de exportar.

A decisão atende o pleito das empresas. Foi proferida pela 1ª Seção. Significa que, a partir de agora, as duas turmas de direito público da Corte devem adotar esse entendimento ao julgar casos semelhantes.



**Foto: Valor**

Esse tema foi julgado, na 1ª Seção do STJ, por meio de três recursos que envolvem a AGCO do Brasil Comércio e Indústria, uma fabricante de maquinário agrícola (Eresp nº 1578425, nº 1579633 e nº 1580304).

O regime aduaneiro especial de drawback consiste na suspensão ou eliminação de tributos que incidem sobre insumos importados pelas empresas para a utilização em produtos que, posteriormente, serão exportados. Foi instituído como um mecanismo de incentivo às exportações.

Só que existe uma exigência: esse bem tem de ser exportado dentro de um ano. Se o prazo for descumprido, a empresa fica obrigada a pagar o tributo em até 30 dias após esse intervalo de um ano. Não há discussão em relação a isso.

Os contribuintes e a Fazenda Nacional divergem sobre a incidência da multa de mora nesses casos.

Para as empresas, só é devida após o prazo de um ano e 30 dias. Se o tributo foi pago nesse intervalo, antes de o prazo se esgotar, portanto, não haveria o que se falar na punição.

Já a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) entende que há incidência desde o momento da importação do insumo, ou seja, a data em que o tributo deveria ter sido pago se não existisse o benefício fiscal.

### **Votos**

O relator, ministro Sérgio Kukina, abriu o julgamento na sessão de hoje com voto favorável ao contribuinte. "Seria como criar uma ficção", disse ao votar. "O contribuinte implementou, dentro do prazo de 30 dias previsto em lei, o recolhimento dos tributos", acrescentou.

Em relação aos juros e correção monetária, frisou o relator, vale o momento da importação dos insumos. A contagem a partir do 31º dia de inadimplemento do compromisso de exportar, portanto, é específica para a incidência de multa de mora.

Todos os demais ministros da Seção acompanharam o entendimento do relator.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 16/09/2021**

## **CHINA SOLICITA FORMALMENTE ADESÃO À PARCERIA TRANSPACÍFICO**

Pedido de Pequim foi feito um dia depois de EUA, Austrália e Reino Unido terem anunciado um novo pacto militar para conter a ascensão da China no Indo-Pacífico

**Por Nikkei Asia — Pequim**



A China solicitou formalmente nesta quinta-feira a adesão ao Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP, na sigla em inglês), pacto comercial que reúne Japão, Austrália, Malásia e outras importantes economias da região.

O anúncio foi feito pelo Ministério de Comércio da China. Segundo o órgão, o titular da Pasta, Wang Wentao, apresentou o pedido ao seu homólogo da Nova Zelândia, Damien O'Connor, e discutiu os próximos passos por telefone.

Em um discurso na cúpula de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec) em novembro de 2020, o presidente da China, Xi Jinping, já havia antecipado que estava considerando a possibilidade de aderir ao acordo.

O pedido de Pequim foi feito um dia depois de os Estados Unidos, a Austrália e o Reino Unido terem anunciado um novo pacto militar para conter a ascensão da China no Indo-Pacífico.

As negociações da Parceria Transpacífica, conhecida pela sigla TPP, foram iniciadas pelo ex-presidente americano Barack Obama, como forma de aumentar a influência de Washington na região.

Mas Donald Trump se retirou do acordo, que foi concluído posteriormente sob a liderança do Japão. O tratado, inclusive, mudou de nome após a saída americana das negociações.

Atualmente, o CPTPP é integrado por 11 países. Também fazem parte do acordo Brunei, Canadá, Chile, México, Nova Zelândia, Peru e Cingapura. O Reino Unido solicitou recentemente adesão ao tratado.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 16/09/2021*



## AGÊNCIA BRASIL - DF

### FERRAMENTA MONITORA E DIVULGA DADOS SOBRE ACIDENTES DE TRABALHO

*Por Daniella Longuinho - Repórter da Rádio Nacional – Brasília*

Agora, pelo portal Radar SIT, qualquer pessoa interessada pode pesquisar o número de acidentes de trabalho nos últimos sete anos, a atividade econômica com maior incidência, a distribuição geográfica de acidentes e trabalhadores, o perfil acidentário e as ocupações.

Em 2019, por exemplo, a atividade econômica que liderou em número de acidentes de trabalho com afastamento superior a 15 dias foi a indústria de transformação, com 16.423.

Ao todo, naquele ano, foram registrados mais de 639 mil acidentes. São Paulo liderou com mais de 220 mil acidentes. Depois veio Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. No total, foram 2.146 mortes de trabalhadores. Os dados gerais do ano passado ainda não foram consolidados.

Durante o lançamento da ferramenta, o Subsecretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Rômulo Machado, destacou que os dados podem ajudar na construção de estratégias de prevenção de acidentes.

Martin Hahn, diretor do escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, lembrou dos impactos da pandemia no mundo do trabalho e falou sobre a importância de um ambiente de segurança e saúde ocupacional bem estruturado.

O lançamento do painel sobre acidentes de trabalho e o adoecimento ocupacional faz parte da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho deste ano.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, o instrumento também vai favorecer o trabalho de fiscalização de auditores do trabalho de todo o país. O endereço do site é: [sit.trabalho.gov.br/radar](http://sit.trabalho.gov.br/radar).

Edição: Jacson Segundo/Edgard Matsuki

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 16/09/2021

## **A PARTIR DE HOJE, DENATRAN PASSA A SER SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO**

Mudança busca dar autonomia e agilidade a gestores

Por Pedro Peduzzi - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) passa, a partir de hoje (16), a ser Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), conforme o Decreto nº 10.788, publicado no Diário Oficial da União do dia 8. A secretaria será composta pelos departamentos de Gestão Política de Trânsito; de Segurança no Trânsito e de Regulação e Fiscalização.

A expectativa é de que a mudança resulte em mais autonomia e agilidade aos gestores públicos no planejamento e nas decisões adotadas para o setor, de forma a tornar o trânsito mais eficiente e seguro no país. O órgão tem como objetivo principal “fiscalizar e fazer cumprir a legislação de trânsito e a execução das normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran)”.

Durante a cerimônia de criação da Senatran, o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, disse que a secretaria é “sonho antigo e representa sofisticação importante” para a entrega de serviço e política públicas ao país.

Dirigindo-se a uma plateia constituída majoritariamente por servidores da nova secretaria, Alan Lopes, chefe de Gabinete do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, lembrou que a melhoria no trânsito é um clamor da população. “Esse tema ainda não se esgotou e, para realmente respondermos ao que a sociedade precisa, não podemos ficar surdos a esse clamor popular”, disse.

O secretário Nacional de Trânsito, Frederico Carneiro, destacou que a nova secretaria dará melhores condições de oferecer um bom serviço à sociedade. “Peço a todos vocês que tenhamos um olhar sempre no cidadão, porque nós fazemos parte do dia a dia das pessoas”, disse, antecipando que o tema da campanha educativa do ano que vem será “Juntos Salvamos Vidas”.

“Essa é a nossa missão”, completou.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 16/09/2021

## **POLICIAMENTO É REFORÇADO EM ÁREA DISPUTADA POR MILÍCIAS NO RIO**

Pelo menos sete vans foram incendiadas desde a noite de ontem

Por Vladimir Platonow - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro



O policiamento foi reforçado na zona oeste da cidade do Rio, após uma noite de tiroteios e incêndios de vans de transporte, ocasionados pela disputa entre dois grupos de milícias. A informação foi confirmada nesta quinta-feira (16) pela assessoria da Polícia Militar (PM), que deslocou contingentes de vários batalhões para a região.

Pelo menos sete vans foram incendiadas entre a noite de ontem e esta manhã nos bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Paciência, áreas controladas por grupos milicianos, que se dividiram recentemente, após a morte do criminoso Wellington da Silva Braga, conhecido como Ecko, baleado em confronto com a polícia, em junho deste ano.

Por conta da violência na região, empresas de transporte coletivo tiraram os ônibus de circulação, deixando a população com poucas alternativas. O sistema de trens continua operando.

O corredor Transoeste do BRT foi temporariamente interrompido no trecho da Avenida Cesario de Melo, afetando duas linhas de ônibus articulados, responsáveis pelo transporte de milhares de passageiros por dia.

A PM informou que o reforço do policiamento visa a garantir o retorno do transporte coletivo, principalmente no final do dia, quando os trabalhadores voltam para casa.

Edição: Lílian Beraldo  
Fonte: Agência Brasil - DF  
Data: 16/09/2021

## portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

### GNA INICIA OPERAÇÃO COMERCIAL DE SUA PRIMEIRA TERMELETRICA

Da Redação OFFSHORE 16 Setembro 2021



#### **Usina é parte do maior parque de geração a gás natural da América Latina**

A GNA - Gás Natural Açú, joint venture formada pela bp, Siemens SPIC Brasil e pela Prumo Logística, controlada pelo EIG Global Energy Partners, anuncia que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) liberou, nesta quinta-feira, (16), todas as unidades geradoras que compõem a UTE GNA I para início de operação comercial. Totalizando investimentos de aproximadamente US\$ 1 bilhão, a GNA I é uma usina termelétrica movida a gás natural localizada no Porto do Açú, região norte do estado do Rio de Janeiro.

Com 1.338 MW de capacidade instalada, o suficiente para fornecer energia a seis milhões de residências, o empreendimento contribuirá para a segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Recentemente, a GNA concluiu a emissão de debêntures de infraestrutura, destinada à operação de refinanciamento da UTE GNA I, no valor de R\$ 1,8 bilhão. A transação foi inédita no mercado



de capitais por vários aspectos, com destaque para atuação do BNDES, pela primeira vez, como investidor e estruturador de uma operação desta natureza.

Além da UTE GNA I, a GNA irá construir a UTE GNA II, com 1.672 MW de capacidade instalada, suficiente para fornecer energia para 14 milhões de residências. Com 3GW de energia assegurados em contratos de longo prazo e 3,4 GW adicionais de expansão licenciada através dos projetos GNA III e GNA IV, o Complexo de 6,4 GW é o maior da América Latina e inclui um terminal para movimentação de Gás Natural Liquefeito (GNL) onde está atracada a FSRU BW MAGNA, com capacidade para armazenar e regaseificar até 28 milhões de m<sup>3</sup>/dia.

A localização estratégica do Porto do Açú, próximo aos campos produtores de gás offshore, à malha de gasodutos terrestres e ao circuito de transmissão 500 kV de energia possibilitará a expansão do hub de gás e energia a partir do recebimento, processamento e transporte do gás natural associado e da integração entre o setor de gás com setores elétrico e industrial, desempenhando papel relevante e estratégico no desenvolvimento socioeconômico do País nos próximos anos. O investimento total planejado para o complexo de gás e energia da GNA é de cerca de US\$ 5 bilhões.

O presidente da GNA, Bernardo Perseke, destaca que a entrada em operação comercial da UTE GNA I é um marco na história da companhia. "É com grande satisfação que anunciamos o início da operação comercial de nossa primeira usina, que marca a transição da GNA para uma empresa operacional, como um player de destaque no setor elétrico brasileiro. Entramos em operação em um momento crucial para o país, trazendo energia confiável para o sistema, a partir do gás natural, um combustível catalisador da transição energética global".

Carlos Baldi, diretor de Implantação e Operações, lembra ainda que esta conquista é fruto do trabalho em equipe de um time muito comprometido e dedicado. "Enfrentamos juntos a maior crise sanitária da história, que nos desafiou a buscar soluções, tendo a saúde e a segurança como prioridades, para seguirmos com o nosso projeto e chegarmos até aqui".

A UTE GNA I é uma usina termelétrica em ciclo combinado composta por três turbinas a gás e uma turbina a vapor. Graças a tecnologias avançadas, aproximadamente um terço da energia produzida pela usina é gerada a partir da turbina a vapor. Isso significa a capacidade de geração de aproximadamente 465 MW, sem consumo adicional de gás, o suficiente para abastecer mais de 2 milhões de residências.

A operação em ciclo combinado e a utilização de turbinas de alta eficiência energética, que combinam menor consumo de gás e menor emissão atmosférica, garantem o fornecimento de energia elétrica de base estável e segura para complementar a expansão de fontes renováveis.

A engenharia, fornecimento e construção da usina (EPC) foi realizada pela Siemens Energy, em consórcio com a Andrade Gutierrez. A empresa também será responsável pela operação e manutenção (O&M) da usina.

A usina conta com uma unidade de dessalinização, responsável pelo abastecimento de água do parque termelétrico. Essa unidade possibilita que a operação comercial se baseie em 100% de utilização de água do mar, reforçando o compromisso da GNA com a utilização racional dos recursos hídricos.

A usina começou a ser construída em 2018 e empregou mais de 12 mil trabalhadores em diferentes momentos do projeto. Para priorizar a contratação de mão de obra local, a GNA criou um Programa de Qualificação Profissional gratuito, em que 56% dos alunos que concluíram os cursos foram contratados para trabalhar nas atividades da GNA, inclusive um número relevante de mulheres, incentivando a equidade de gênero na força de trabalho.

Um dos diferenciais da GNA é a sua estrutura acionária, composta por empresas líderes em suas áreas de atuação. A parceria entre os sócios traz robustez e credibilidade à atuação da GNA ao

fornecer tecnologia, conhecimento técnico e operacional, além de recursos para desenvolver e operar um hub de Gás e Energia de classe mundial.

Carlos Tadeu Fraga, CEO da Prumo, destaca a relevância da GNA para a estratégia de desenvolvimento de negócios no Porto do Açu: "As características únicas de localização e infraestrutura do Açu permitem o desenvolvimento de um hub integrado de gás, energia e indústria. O início das operações da UTE GNA I é um marco para o Porto do Açu e contribuirá para a atração de indústrias intensivas em gás, fundamental para impulsionar a industrialização na retroárea do porto, e para acelerar os negócios de baixo carbono que a Prumo pretende atrair nos próximos anos. A operação da GNA I posiciona o Açu como pioneiro nesta transição e porta de entrada para projetos renováveis e estruturantes no Brasil".

Mario Lindenhayn, head of country da bp Brasil, destaca que o gás natural terá função cada vez mais relevante na transição energética brasileira e reforça que a GNA, como usina movida a GNL, tem um papel importante na estratégia da empresa no país.

"A bp é uma empresa de energia integrada com atuação global. Por isso, além de investidora da GNA e fornecedora exclusiva de GNL, contribui com o projeto por meio da sua ampla experiência nos segmentos de GNL, gás natural e de comercialização de energia. Atuamos em diversos hubs de gás ao redor do mundo, e temos o conhecimento para contribuir com a otimização da operação e mitigação de riscos para a GNA".

Wolfgang Beitz, CFO da Siemens Brasil, comenta: "Com este importante marco alcançado, a UTE GNA I está posicionada para ser uma grande contribuidora para o setor de energia brasileiro". O executivo completa: "Junto com nossos acionistas, a Siemens está orgulhosa de nossas realizações até o momento neste projeto".

A SPIC Brasil é parte de um dos cinco maiores grupos geradores de energia da China, com capacidade total instalada de 176 GW. "Somos líderes em energia solar, eólica, hidroelétrica, hidrogênio e térmica, incluindo gás e nuclear. Fazer parte dessa joint venture entre grandes empresas, significa manter o nosso compromisso em desenvolver energias provenientes de fontes inovadoras, sustentáveis e competitivas para a matriz energética brasileira", afirma Adriana Waltrick, CEO da SPIC Brasil.

### Expansão

As obras da UTE GNA II serão iniciadas em breve, com previsão de gerar cerca de 5 mil postos de trabalho durante a fase de construção. A GNA possui, ainda, licença ambiental para mais que dobrar a capacidade instalada, podendo chegar a 6,4 GW, o que permitirá o desenvolvimento de novos projetos termelétricos no Açu. A expansão do complexo contempla ainda gasodutos terrestres e uma unidade de processamento de gás natural (UPGN), atualmente em fase de licenciamento.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 16/09/2021*

## SETOR DE ROCHAS FECHA 2º QUADRIMESTRE COM ALTA DE 39% NAS EXPORTAÇÕES

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16 Setembro 2021*

Apesar de estar sofrendo com os reflexos da falta de espaço em navios e disponibilidade de contêineres desde o início do ano, o setor de rochas ornamentais nacional comemora o resultado obtido com as exportações até agosto.

Segundo dados do Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais (Centrorochas), divulgados esta semana, no término do segundo quadrimestre o segmento fechou as exportações com evolução de 39,34%, em comparação ao mesmo período do ano passado, acumulando em vendas diretas US\$ 831,8 milhões e 1.568 mil toneladas de produtos embarcados.

Destaque para as vendas de blocos de mármore e similares, chapas e outras peças de mármore. Frente ao período do ano anterior, o aumento foi respectivamente, de 78,86% e 51,42%. Em agosto, os Estados Unidos, um dos oito mercados prioritários para atuação do It's Natural – Brazilian Natural Stone, projeto resultante do convênio setorial firmado entre o Centrrochás e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), permaneceram na liderança dos destinos mais frequentes dos produtos brasileiros, respondendo por aproximadamente 50,6% das exportações.

Segundo dados do Relatório de Estatísticas de Comércio Exterior, do Ministério da Economia, o porto mais utilizado para escoamento dos materiais beneficiados em agosto foi o do Rio de Janeiro (110,3 mil toneladas) representando 76% de todo material enviado ao mercado internacional, seguido pelo Porto de Santos, responsável por 15% e 21,37 mil toneladas do total. Já o Porto de Vitória, no Espírito Santo, foi responsável por 65% do embarque dos materiais brutos, acumulando em 42,57 mil toneladas de rochas naturais, enquanto Fortaleza escoou 14% do total e 9,4 mil toneladas.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 16/09/2021*

## MSC LANÇA OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DA LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL

*Da Redação NAVEGAÇÃO 16 Setembro 2021*



A Log-In Logistica Intermodal informou nesta quarta-feira (15) que recebeu uma oferta de aquisição do grupo marítimo suíço MSC. A operação resultaria em obtenção do controle acionário de até 67% da empresa brasileira.

A Log-In recebeu uma carta da subsidiária SAS Shipping Agencies Service da MSC, na qual a empresa suíça declarou sua intenção de oferecer R\$ 25(US\$ 4,79) por ação da Log-In.

A oferta representa um prêmio de 67,2% sobre o preço de fechamento das ações da Log-In na quarta-feira.

A Log-In disse que a MSC comunicou sua intenção de adquirir o controle da empresa ao Cade. “A empresa vai analisar o conteúdo da carta, bem como suas obrigações relacionadas à oferta pretendida”, disse a Log-In, acrescentando que manterá o mercado informado sobre quaisquer desenvolvimentos relevantes em relação à potencial transação.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 16/09/2021*

## TRÁFEGO DE NAVIOS NA EUROPA EMITE 140 MILHÕES DE TONELADAS DE CO2

*Da Redação NAVEGAÇÃO 16 Setembro 2021*

De acordo com a EMSA, a Agência Europeia de Segurança Marítima, o tráfego de navios na Europa emite 140 milhões de toneladas de CO2 por ano, quase um quinto das emissões marítimas globais de gases de efeito estufa. “Apesar do fato de que o setor de transporte marítimo melhorou sua pegada ambiental nos últimos anos, grandes desafios permanecem para a descarbonização”, disse Adina Vălean, a comissária de Transporte da UE.

O SMM Maritime Industry Report (MIR), uma ampla pesquisa entre os tomadores de decisão nos segmentos de transporte marítimo, construção naval e abastecimento, indica que 70% dos armadores participantes do estudo disseram que pretendem investir em suas frotas nos próximos dois anos para reduzir as emissões.

85% dos tomadores de decisão em estaleiros e empresas de fornecimento que responderam à pesquisa veem a proteção ambiental e a sustentabilidade no topo da agenda marítima nos próximos anos.

Uma questão chave ainda não foi respondida: GNL, tecnologias híbridas, biocombustíveis, baterias, hidrogênio ou amônia - qual será a tecnologia de propulsão vencedora? A incerteza está refletida no SMM MIR, o que também indica uma mudança cautelosa de foco. O gás natural liquefeito (GNL), há muito preferido como combustível de transição, perdeu algum apoio entre os armadores: apenas 35% optariam por navios movidos a GNL hoje, em comparação com 45% em 2019.

Por outro lado, 60% dos estaleiros que responderam à pesquisa esperam alta demanda por embarcações movidas a GNL, uma avaliação apoiada por uma série de pedidos de construção novos recebidos de empresas como a Hapag-Lloyd. Soluções híbridas — como combinações de combustíveis fósseis com tecnologia de bateria — são consideradas promissoras pelos estaleiros. 56% deles expressaram uma forte crença nessas soluções (em comparação com 44% dos fornecedores e 32% dos armadores).

A Maersk adotou uma estratégia diferente. A líder global no mercado de transporte marítimo de contêineres encomendou recentemente oito navios de grande porte (16.000 TEUs) usando metanol como combustível. “Nesse cenário, a energia renovável é usada para produzir hidrogênio, que depois é convertido em metanol, um álcool que pode ser usado quase como o diesel. É até possível converter nossos navios mais antigos em metanol”, disse o CEO da Maersk, Søren Skou. A Maersk espera reduzir suas emissões de CO2 em um milhão de toneladas por ano.

O líder de mercado aspira ser neutro em carbono até 2050, uma meta muito mais ambiciosa do que a proclamada pela Organização Marítima Internacional (IMO).

Outra virada de jogo em potencial para a indústria é a amônia: ela não apenas queima sem emitir CO2, semelhante ao hidrogênio, mas também apresenta densidade de energia mais alta e é mais fácil de armazenar. Fortes argumentos a favor desse combustível, afirma o armador Alfred Hartmann, presidente da Associação de Armadores Alemães (VDR).

Sua empresa de petroleiros uniu forças com o fabricante de motores MAN Energy Solutions e o especialista em amônia OCI para construir em conjunto uma cadeia de valor do gás NH3 marítimo. Os novos tanques da empresa transportam amônia e a usam como combustível: “Temos uma forte opinião sobre os benefícios ambientais potenciais dos navios movidos a amônia”, diz Hartmann. 40% dos gerentes de armadores participantes da pesquisa concordam, de acordo com o SMM MIR.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ  
Data: 16/09/2021*

## **ABS E DSME DESENVOLVEM NAVIO TRANSPORTADOR DE CO2 LIQUEFEITO DE GRANDE PORTE**

*Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 16 Setembro 2021*

A ABS e a Daewoo Shipbuilding & Marine Engineering Co. Ltd. (DSME) devem desenvolver em conjunto projeto para um navio transportador de CO2 liquefeito (LCO2) muito grande, de 70.000 CBM.

O projeto é uma resposta ao desenvolvimento de tecnologia de captura de carbono, utilização e armazenamento, que acabará exigindo navios maiores para o transporte de CO2 do que aqueles usados na indústria de alimentos atualmente existentes.

“O armazenamento de CO2 pode desempenhar um papel na redução das emissões em uma variedade de indústrias, mas a cadeia de abastecimento precisará de embarcações capazes de

transportá-lo com segurança e eficiência. É por isso que este projeto com a DSME é tão importante, não apenas para a indústria marítima, mas para as ambições de reduzir a pegada de carbono de toda a economia global. A ABS tem orgulho de poder usar sua experiência líder no setor em transportadores de gás para apoiar o desenvolvimento dessas embarcações importantes”, disse Patrick Ryan, vice-presidente sênior de Engenharia e Tecnologia Global da ABS.

A DSME, que já desenvolveu um projeto conceitual de um transportador de 100.000 CBM LCO2, está desenvolvendo um novo projeto que pode aumentar a eficiência operacional, aumentando o tamanho do tanque. A fim de aumentar a capacidade do equipamento, o projeto estudará a aplicação de vários materiais de aço, bem como aço de baixa temperatura.

As novas embarcações LCO2 cumprirão as Regras ABS para Construção e Classificação de Embarcações Marítimas e o Guia ABS para Transportadores de Gás Liquefeito com Tanques Independentes, bem como o Código Internacional para a Construção e Equipamento de Navios que Transportam Gases Liquefeitos a Granel (Código IGC).

“A DSME manterá sua competitividade única em tecnologia e qualidade no campo de gaseiros de gás liquefeito, como GNL e GLP, por meio do desenvolvimento de grandes transportadores de LCO2. E será capaz de manter uma tecnologia avançada no mercado de transportadores de LCO2”, afirmou Nuno Kim, diretor da DSME e Chefe da Divisão de Design Básico de Navios.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 16/09/2021*

## **ARGENTINA FECHA CONTRATO DE CURTO PRAZO COM DRAGA PARA O RIO PARANÁ**

*Da Redação NAVEGAÇÃO 16 Setembro 2021*

O governo argentino concordou em um acordo de curto prazo com a Jan de Nul para dragar o rio Paraná. A medida deve aliviar as preocupações da indústria no curto prazo sobre a navegabilidade da importante hidrovia de grãos.

Os exportadores ficaram preocupados com a falta de clareza sobre quem manteria o rio limpo para navios em um momento em que o nível mínimo recorde de água atingiu os embarques.

A Argentina é um importante fornecedor global de trigo, o segundo maior exportador mundial de milho e o maior exportador de óleo e farelo de soja, usado para engordar suínos e aves da Europa ao Sudeste Asiático. Cerca de 80% das exportações agrícolas vão do Paraná até o oceano.

O rio Paraná na Argentina é gerido pela Administração Nacional dos Portos, que planeja uma licitação para terceirizar a administração.

A navegabilidade do rio Paraná é fundamental para a capacidade da Argentina de transportar grãos, a principal fonte de dólares de exportação necessários para repor as reservas do banco central prejudicadas por uma longa recessão econômica exacerbada pela pandemia do coronavírus.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 16/09/2021*

## **ESTALEIRO JURONG BUSCA FINANCIAMENTO DE R\$ 1,46 BILHÃO**

*Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 16 Setembro 2021*

Operação em análise no BNDES aguarda estruturação de garantias para repasse de recursos, provenientes do FMM. Prioridade vem sendo reapresentada nas últimas reuniões do conselho diretor do fundo.

O Estaleiro Jurong Aracruz (EJA) tenta obter, desde 2018, um financiamento no valor de R\$ 1,46 bilhão com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM). Na última reunião ordinária, realizada em julho, o conselho diretor do fundo (CDFMM) aprovou uma nova prioridade referente à 'construção de estaleiro em Aracruz (ES)', em nome do EJA. De acordo com a ata da reunião, a conselheira Elisa Salomão Lage, representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), informou que a operação se encontrava em análise no banco já há algum tempo, aguardando a estruturação de garantias que, a princípio, será equacionada nos próximos meses.



### Arquivo/Divulgação

reapresentado.

Na ocasião, o conselheiro Rafael Furtado destacou que, provavelmente, o desembolso ocorrerá em sua maior parte, assim que a contratação for concluída. Já o conselheiro suplente Alexandre Messa, representante do Ministério da Economia se absteve na votação, justificando que era a sua primeira participação em reuniões desse conselho e porque o projeto de significativo volume de recursos estava sendo novamente

À reportagem, o Ministério da Infraestrutura esclareceu que a operação ainda está em análise por parte do BNDES, sem previsão de quando e se a contratação vai ocorrer. "O FMM existe para fomentar o setor naval brasileiro, seja com projetos em fase inicial ou já construídos, como é o caso citado", afirmou a pasta em nota. Procurado pela Portos e Navios, o EJA não havia dado mais detalhes sobre o status e a destinação do crédito pleiteado, até o fechamento desta reportagem.

O BNDES afirmou em nota que não comenta eventuais pedidos de financiamento por conta de sigilo empresarial. O banco ressaltou que, conforme prioridade concedida pelo CDFMM, a finalidade do financiamento se refere ao apoio à construção do estaleiro. "De acordo com as regras do FMM, é possível apoiar investimentos realizados até 180 dias antes do pedido de priorização junto ao FMM, mediante reembolso dos valores comprovados", acrescentou o banco.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 16/09/2021*

## APROVADO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO ENSEADA

*Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 16 Setembro 2021*



### Divulgação Enseada

Acordo na assembleia geral de credores ocorreu na última terça-feira (14). Expectativa é que a homologação do plano ocorra ainda em 2021.

A assembleia geral de credores aprovou, na última terça-feira (14), o plano de recuperação judicial do Enseada, negócio naval, industrial e logístico-portuário do grupo Novonor. De acordo com o plano, o empreendimento localizado em Maragojipe (BA) se consolida como um complexo que atuará em três negócios principais: operações portuárias, estaleiro com foco no mercado offshore e energias renováveis. A decisão ocorreu após quase dois anos de intensas negociações para reestruturação da dívida, que o mercado estima em aproximadamente R\$ 3 bilhões. A expectativa é que a homologação do plano ocorra ainda em 2021.

O presidente do Enseada, Maurício Almeida, destacou que a aprovação marca uma nova etapa na trajetória da companhia que, em outubro, completará 10 anos de criação. "O plano aprovado

está em linha com o reposicionamento estratégico da companhia, que passou a atuar como um grande complexo naval, industrial e logístico. Além de performar projetos de construção naval e offshore, o Enseada também passou a prover soluções logístico-portuárias e industriais para clientes e parceiros”, afirmou Almeida.

A avaliação, segundo Almeida, é que o plano foi considerado ‘consistente, balanceado, factível e aderente’ à nova realidade da companhia. “O resultado deste trabalho foi refletido na aprovação, quase que unânime, do plano na assembleia. Agradeço aos nossos credores, clientes, assessores e integrantes. Ressalto também o apoio do nosso acionista, que proveu todo suporte financeiro e estratégico durante os momentos mais críticos deste processo”, salientou o executivo. A negociação do plano contou com assessorias externas do escritório Ferro, Castro Neves, Daltra & Gomide Advogados (FCDG) e do Banco Genial.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 16/09/2021*

### **SBM OFFSHORE CONCLUI FINANCIAMENTO DE US\$ 1,6 BILHÃO DO FPSO SEPETIBA**

*Da Redação OFFSHORE 16 Setembro 2021*

A SBM Offshore concluiu o project finance do FPSO Sepetiba por um total de US\$ 1,6 bilhão, o maior já feito pela empresa.

O financiamento do projeto foi garantido por um consórcio de 13 bancos internacionais com cobertura de seguro de agências de crédito à exportação. Uma carta de intenções foi recebida da China Export & Credit Insurance Corporation (Sinosure), que pretende ingressar nessa operação até o final do ano e substituirá parte dos compromissos dos bancos comerciais.

O FPSO Sepetiba é operado por sociedade de propósito específico pertencente às empresas afiliadas da SBM Offshore (64,5%) e seus sócios (35,5%). O navio tem capacidade de processamento de até 180 mil barris de petróleo por dia, capacidade de injeção de água de 250 mil barris por dia, capacidade de tratamento de gás associada de 12 milhões de metros cúbicos por dia e capacidade mínima de armazenamento de 1,4 milhão de barris de petróleo bruto.

O FPSO será ancorado em lâmina d'água de aproximadamente 2.000 metros.

O FPSO Sepetiba será implantado no campo de Mero, na Bacia de Santos, a 180 quilômetros da costa do Rio de Janeiro. O bloco Libra, onde está localizado o campo Mero, está sob contrato de partilha de produção com consórcio formado pela Petrobras, como operadora, com 40%, Shell com 20%, TotalEnergies com 20%, CNODC com 10% e CNOOC Limited com 10%. O consórcio também conta com a participação da estatal Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), como administradora do contrato de partilha de produção.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 16/09/2021*

### **DOF FECHA ACORDO COM A PETROBRAS PARA DOIS AHTS**

*Da Redação OFFSHORE 15 Setembro 2021*



#### **AHTS Skandi Vitoria**

A notueguesa DOF garantiu um novo contrato de longo prazo e estendeu outro com a Petrobras. O proprietário e operador de navio offshore listado em Oslo disse que sua subsidiária brasileira Norskan foi premiada com um contrato de três anos para o navio Skandi Botafogo, de manuseio de âncoras, construído em 2006 (AHTS). O contrato terá início no



quarto trimestre e a Petrobras tem 500 dias adicionais como opção.

A Norskan também garantiu uma extensão do contrato de um ano para o AHTS Skandi Amazonas, construído em 2011, até setembro de 2022.

De acordo com o chefe da DOF, Mons S. Aase, os novos contratos trazem a entrada total de pedidos no Brasil para cerca de NOK 2,15 bilhões (US\$ 249,6 milhões) até agora no terceiro trimestre.

Em julho, a DOF fechou com a Petrobras uma prorrogação de um ano para o AHTS Skandi Paraty, construído em 2016.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 16/09/2021*



## MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

### MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de "feeds" é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping ([www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)).

*Fonte : InforMS*

*Data : 20/04/2006*